

**GUIA de orientação para
implementação das
Diretrizes Nacionais de Qualidade
e Equidade na Educação Infantil
(DONQEEI)**



2026

GUIA de orientação para implementação das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI)/ Coordenação Geral: Maridalva Oliveira Amorim Bertacini – Autores e conteudistas: Olivelton da Silva Lima, Maridalva Oliveira Amorim Bertacini e Daniela Matias de Lima. Organização e diagramação: Washington Luiz Miano. São Paulo/SP, 2026. 97 páginas.

Inclui bibliografia

Palavras-chave:

1. Direito das Crianças.
2. Educação Infantil.
3. Políticas Públicas.
4. Qualidade.
5. Equidade.

Apresentação

Caras(os) Educadores(as),

O presente Guia de Orientação tem como finalidade apoiar os municípios paulistas na implementação das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI), com a finalidade de orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de Educação Infantil, assegurando a efetivação do direito das crianças a uma educação de qualidade socialmente referenciada, equitativa e inclusiva desde a primeira infância.

Ao sistematizar referenciais normativos, conceituais e operacionais, o Guia busca fortalecer a gestão democrática, o planejamento baseado em evidências e a articulação intersetorial, contribuindo para a consolidação de práticas institucionais comprometidas com o desenvolvimento integral dos bebês e das crianças, com o respeito às múltiplas infâncias e com a redução das desigualdades educacionais nos territórios.

Este material foi concebido a partir de um percurso contínuo de diálogo e escuta qualificada promovido pela **UNDIME-SP** junto aos dirigentes municipais de educação e às equipes técnicas das secretarias. Ao longo desse processo, foram identificadas inquietações, desafios e necessidades recorrentes enfrentados pelos municípios diante das múltiplas demandas que atravessam a efetivação das políticas públicas educacionais, especialmente no que se refere à Educação Infantil.

Compreendendo a importância de fortalecer os municípios nesse percurso, a diretoria da **UNDIME-SP** planejou e disponibiliza este caderno como parte de um processo formativo mais amplo, oferecendo subsídios técnicos e orientações que apoiem a implementação de políticas educacionais alinhadas às normativas nacionais vigentes. Assim, este Guia busca contribuir para a construção de práticas e decisões fundamentadas, respeitando as especificidades de cada território e promovendo a consolidação de uma Educação Infantil de qualidade e com equidade para todas as crianças.

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Síntese do Percurso de Construção da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.....	06
1º ENCONTRO Princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.....	08
2º Encontro Diagnóstico da Rede.....	17
3º Encontro Gestão democrática e participativa.....	28
4º Encontro Dimensão 2 – Identidade e Formação Profissional.....	37
5º Encontro Dimensão 3 – Proposta Pedagógica.....	45
6º encontro Dimensão 4 – Avaliação da Educação Infantil.....	53
7º Encontro Dimensão 5 – Infraestrutura, edificações e materiais.....	61
8º Encontro Estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.....	69
Considerações Finais.....	78
Anexos.....	80

Introdução

A implementação das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil representa um marco fundamental na consolidação do direito das crianças brasileiras a uma Educação Infantil que seja, de fato, inclusiva, humanizada, democrática e orientada pela equidade. Trata-se de um avanço significativo no fortalecimento da primeira etapa da Educação Básica, ao reafirmar a centralidade da criança, o respeito às múltiplas infâncias e a responsabilidade do poder público na garantia de condições adequadas de oferta educativa.

Com o objetivo de assegurar que essas diretrizes se concretizem em todo o território nacional, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, que institui as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI). Essa normativa estabelece princípios, fundamentos e orientações operacionais que estruturam os processos necessários à sua implementação nos sistemas de ensino, especialmente no âmbito municipal, responsável direto pela oferta da Educação Infantil.

Inspiradas e fundamentadas nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil, as DONQEEI detalham as dimensões consideradas essenciais para que a qualidade e a equidade se tornem realidade no cotidiano das creches e pré-escolas. As diretrizes organizam-se em cinco dimensões estruturantes: gestão democrática e participativa; identidade e formação profissional; proposta pedagógica; avaliação da Educação Infantil; e infraestrutura, edificações e materiais, compreendidas de forma integrada e interdependente. Além disso, reforçam a necessidade de articulação intersetorial e do reconhecimento das especificidades dos diferentes contextos territoriais e culturais.

As DONQEEI também destacam a importância do respeito e da valorização das diversidades presentes na sociedade brasileira, incluindo as populações indígenas, quilombolas, do campo e outros contextos socioculturais, reconhecendo que a equidade pressupõe considerar as diferentes realidades, necessidades e condições de vida das crianças e de suas famílias.

Por se tratar de uma norma de caráter mandatório, as DONQEEI estabelecem que todos os municípios elaborem e implementem uma Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. É importante ressaltar que a construção de uma política pública perene e efetiva exige processos planejados, participativos e sustentados por instrumentos adequados de diagnóstico da realidade educacional. Somente a partir de uma leitura aprofundada do território que evidencie demandas, desafios e potencialidades locais, é possível definir objetivos, metas e estratégias que se materializem em um plano de ação exequível, capaz de promover melhorias concretas na qualidade da Educação Infantil ofertada às crianças.

Diante dessa proposição, ressalta-se a centralidade do processo de governança na condução da elaboração do DONQEEI, destacando-se a constituição formal do Grupo de Trabalho (GT) como instância responsável pela coordenação, articulação e sistematização dos trabalhos. Tal constituição deverá ser realizada por meio de instrumentos normativos próprios, observando-se, inicialmente, a edição de Decreto Municipal que disponha sobre o processo de elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil e institua o GT responsável por sua formulação. Em sequência, deverá ser publicada Portaria Municipal específica para a nomeação dos membros do GT, assegurando representatividade intersetorial, participação social e transparência do processo. A adoção desses instrumentos normativos contribui para a legitimidade, a organização e a efetividade do processo de elaboração do plano, fortalecendo a gestão democrática e o compromisso institucional com a garantia dos direitos das crianças na primeira infância.

Desejamos um excelente trabalho a todas e todos os envolvidos nesse processo!

Síntese do Percurso de Construção da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

Compreendendo a importância de fortalecer os municípios nesse percurso, a diretoria da **UNDIME-SP** planejou e disponibiliza processo formativo mais amplo, oferecendo subsídios e orientações a elaboração e implementação de políticas educacionais alinhadas às normativas nacionais vigentes. Assim, esse percurso formativo pretende contribuir para a construção de práticas e decisões fundamentadas, respeitando as especificidades de cada território e promovendo a consolidação de uma Educação Infantil de qualidade e com equidade para todas as crianças, considerando as normas vigentes, sobretudo a resolução CNE/CEB nº 01/2024 – Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil – DONQEEI.

1º Encontro – Princípios e Fundamentos da Educação Infantil

O primeiro encontro tem caráter estruturante e inaugura o percurso formativo com o aprofundamento dos fundamentos históricos, legais, conceituais e éticos da Educação Infantil. O Grupo de Trabalho deve ser mobilizado para reconhecer a Educação Infantil como direito da criança e política pública de Estado, alinhando concepções de infância, qualidade e equidade. Como resultado, espera-se construir coletiva a base conceitual que sustenta a Política Municipal de Qualidade e Equidade.

2º Encontro – Diagnóstico da Rede

O segundo encontro concentra-se na leitura crítica da realidade da rede municipal de Educação Infantil, articulando dados censitários, informações administrativas e experiências da rede. Devem ser identificadas barreiras de acesso, permanência, participação e condições de aprendizagem, permitindo reconhecer desigualdades e desafios estruturais, pedagógicos e de gestão. O diagnóstico preliminar constituiu base técnica para o planejamento da política municipal.

3º Encontro – Dimensão 1 – Gestão Democrática e Participativa

O terceiro encontro aprofunda a gestão democrática como princípio estruturante da política de Educação Infantil. O GT analisa mecanismos de participação social, transparência e controle social, com destaque para a gestão da demanda por vagas e das listas de espera. Devem ser elaboradas diretrizes preliminares voltadas ao fortalecimento da participação de famílias, comunidades e conselhos, em consonância com o regime de colaboração federativa.

4º Encontro – Dimensão 2 – Identidade e Formação Profissional

O quarto encontro tem como foco os profissionais da Educação Infantil como sujeitos centrais da política pública. São discutidas identidade profissional, formação inicial e continuada, valorização, condições de trabalho e o papel da docência, da gestão e dos profissionais de apoio. O GT inicia a formulação de diretrizes municipais para a formação continuada, considerando as especificidades territoriais, sociais, étnicas e culturais da rede.

5º Encontro – Dimensão 3 – Proposta Pedagógica

O quinto encontro concentrou-se na Proposta Pedagógica como eixo que materializa os princípios e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. O GT analisa o Projeto Político Pedagógico das unidades, a coerência entre concepção de infância e práticas pedagógicas e os indicadores de equidade, incluindo Educação Especial inclusiva, relações étnico-raciais e diversidades territoriais. São discutidas práticas avaliativas formativas e contínuas.

6º Encontro – Dimensão 4 – Avaliação da Educação Infantil

O sexto encontro aprofunda a avaliação da Educação Infantil como processo institucional, formativo e contínuo, voltado ao monitoramento da qualidade e da equidade da oferta. O GT constrói coletivamente o Painel Municipal de Indicadores e realiza oficina de monitoramento com estudo de evidências, fortalecendo a cultura de uso de dados no planejamento, na gestão e no aprimoramento da política pública.

7º Encontro – Dimensão 5 – Infraestrutura, Edificações e Materiais

O sétimo encontro tem como foco as condições físicas e materiais das instituições de Educação Infantil. São analisados os espaços físicos, a arquitetura escolar, as instalações, a segurança, o conforto, a organização dos ambientes educativos e a adequação de mobiliários e materiais pedagógicos. O GT constrói indicadores de qualidade relacionados à infraestrutura, articulando-os às necessidades das crianças e às condições de equidade.

8º Encontro – Estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

O oitavo encontro é dedicado à síntese e consolidação do percurso formativo, com a estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. O GT sistematiza princípios, diretrizes, indicadores, metas e ações, considerando as evidências apuradas nas cinco dimensões das DONQEEI. Como produto, é elaborada a minuta preliminar da política municipal, consolidando o processo participativo e intersetorial.

Princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil

EMENTA

A Educação Infantil, reconhecida como a primeira etapa da Educação Básica, constitui um direito fundamental da criança e um dever indeclinável do Estado, da família e da sociedade. Sua efetivação demanda políticas públicas consistentes, sustentadas por fundamentos históricos, legais, pedagógicos e éticos que assegurem condições de acesso, permanência e desenvolvimento integral das crianças.

CONTEÚDOS

- Educação Infantil como política pública e direito da criança;
- Percurso histórico da Educação Infantil no Brasil: da assistência à educação;
- Educação Infantil na Constituição Federal e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos;
- Educação Infantil na LDB: concepção, objetivos e organização;
- Marcos legais e normativos da Educação Infantil;
- Concepções contemporâneas presentes na etapa da Educação Infantil;
- Conceito de qualidade na Educação Infantil: dimensões pedagógica, estrutural, relacional, formativa e de gestão;
- Qualidade e equidade: princípios indissociáveis na garantia dos direitos das crianças;
- Papel do município na implementação da Política de Educação Infantil;
- Princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão dos fundamentos históricos, legais e conceituais da Educação Infantil, reconhecendo-a como a primeira etapa da Educação Básica e como um direito da criança, à luz das legislações e normativas vigentes;
2. Subsidiar a construção coletiva dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil, alinhando-os às diretrizes nacionais, aos estudos contemporâneos da área e às realidades socioculturais do município;
3. Organizar o processo de trabalho do Grupo, definindo o cronograma de reuniões, a metodologia de estudo e produção, e o percurso de elaboração, sistematização e implementação da Política Municipal de Educação Infantil.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Secretário (a) Municipal de Educação
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 1º Encontro do Grupo de Trabalho (GT) tem caráter estruturante e deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de estudo, diálogo qualificado e pactuação coletiva. Cabe ao(a) formador(a) criar condições para que o grupo compreenda a centralidade da Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e como um direito da criança, bem como o papel estratégico do GT na construção dos princípios, concepções e fundamentos que sustentarão a Política Municipal de Educação Infantil.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e contextualização, no qual o(a) formador(a) apresenta os objetivos e destaca o propósito do GT. É fundamental explicitar que o processo de elaboração do documento será coletivo, fundamentado em normativas nacionais e em estudos contemporâneos da área, e que os princípios, concepções e fundamentos definidos orientarão tanto as práticas pedagógicas quanto a gestão da política pública no município.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar o percurso de construção do documento, detalhando as etapas previstas desde a discussão dos princípios, concepções e fundamentos até a sistematização, validação e implementação da Política Municipal de Educação Infantil. Esse momento tem a função de garantir clareza sobre o processo, os produtos esperados e a responsabilidade compartilhada do grupo ao longo dos encontros. Recomenda-se explicitar que o trabalho se dará de forma processual, com momentos de estudo, debate e produção coletiva.

Após a contextualização do processo, o(a) formador(a) deve conduzir um estudo orientado sobre os fundamentos históricos da Educação Infantil no Brasil, abordando a trajetória dessa etapa desde suas origens assistenciais até o reconhecimento da criança como sujeito de direitos e da Educação Infantil como política pública educacional. Essa abordagem deve ser feita de maneira dialogada, relacionando o percurso histórico aos desafios e às concepções que ainda permeiam as práticas e as políticas locais, estimulando o grupo a refletir criticamente sobre avanços e permanências.

Em seguida, o(a) formador(a) deve aprofundar o estudo dos marcos legais e normativos que sustentam a Educação Infantil, com destaque para a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e demais normativas vigentes, em uma perspectiva de interlocução com as demais políticas do município. É importante orientar o grupo para a compreensão de que os princípios, concepções e fundamentos do documento municipal devem estar diretamente alinhados a esses marcos, garantindo coerência legal, institucional e pedagógica.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve promover uma reflexão conceitual sobre o entendimento de qualidade na Educação Infantil, enfatizando que se trata de um conceito multidimensional e indissociável da equidade. Recomenda-se abordar as dimensões pedagógica, relacional, estrutural, formativa e de gestão, conduzindo o grupo a refletir sobre como essas dimensões se expressam, ou precisam ser fortalecidas, no contexto municipal. Esse momento deve estimular a construção de uma compreensão compartilhada sobre o que significa ofertar uma Educação Infantil de qualidade e equânime para todas as crianças.

A partir dos estudos e reflexões realizados, o(a) formador(a) deve conduzir o grupo para uma atividade de construção coletiva, com o objetivo de iniciar a elaboração dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil. Nessa etapa, o papel do(a) formador(a) é mediar o diálogo, organizar as contribuições e garantir que as ideias expressas estejam ancoradas nas normativas e nos referenciais conceituais discutidos. Recomenda-se registrar palavras-chave, ideias centrais e enunciados preliminares, sem a preocupação de finalizar o texto neste primeiro encontro, mas assegurando a constituição de uma base comum.

Na sequência, o(a) formador(a) deve orientar a organização do trabalho do GT, apresentando uma proposta de cronograma de reuniões e discutindo com os participantes a metodologia a ser adotada nos encontros seguintes. Esse momento deve resultar na pactuação da frequência dos encontros, das formas de estudo e produção textual, dos instrumentos de registro e dos encaminhamentos para a sistematização do documento.

O encontro deve ser encerrado com uma síntese dos principais pontos abordados, retomando os objetivos alcançados e explicitando o produto deste primeiro momento: a construção inicial da base conceitual dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil. O(a) formador(a) deve indicar os encaminhamentos para o próximo encontro e reforçar o compromisso coletivo com a consolidação de uma Política Municipal de Educação Infantil fundamentada, coerente e comprometida com os direitos das crianças.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização

Com base no quadro a seguir, propõe-se que o GT discuta, registre e sistematize os princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.



■ IMPORTANTE!

Princípios: orientam a organização da política e devem estar explicitados como diretrizes permanentes da ação pública.

Concepções: expressam um conjunto de ideias, crenças e valores que orienta políticas, práticas e ações educacionais, além de fundamentar as decisões pedagógicas.

Fundamentos: expressam as bases legais, éticas, sociais e pedagógicas que justificam e orientam a política pública.

PRINCÍPIOS	CONCEPÇÕES	FUNDAMENTOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão democrática; ✓ Participação das famílias; ✓ Inclusão; ✓ Diversidade e respeito às identidades; ✓ Intersetorialidade; ✓ Proteção integral; ✓ Cuidar e educar; ✓ Brincadeira e interações 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Infância e criança; ✓ Currículo; ✓ Aprendizagem e desenvolvimento; ✓ Avaliação; ✓ Documentação pedagógica; ✓ Papel dos profissionais da EI; ✓ Papel dos professores da EI; ✓ Função social escola da infância; ✓ Espaços, tempos e materiais; ✓ Projeto Político Pedagógico; ✓ Transições ✓ Intencionalidade educativa 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Educação Infantil como direito da criança; ✓ Criança como sujeito de direitos; ✓ Desenvolvimento integral; ✓ Qualidade como direito; ✓ Equidade como princípio estruturante; ✓ Direitos de aprendizagem e desenvolvimento; ✓ Campos de experiências



Bloco 1: Concepções de infância, criança e currículo na Educação Infantil

12

Questões mobilizadoras:

1. De que forma a Rede Municipal de Educação Infantil reconhece e assegura a criança como sujeito de direitos, considerando suas identidades, culturas, ritmos e modos de ser?
2. Como o currículo da Educação Infantil no município tem se organizado para garantir experiências significativas de aprendizagem e desenvolvimento integral, ancoradas nas interações e na brincadeira?
3. Quais concepções de infância orientam as práticas pedagógicas nas creches e pré-escolas, e em que medida elas dialogam com as realidades sociais, culturais e territoriais das crianças e famílias?

Bloco 2 – Práticas pedagógicas, avaliação e organização dos tempos, espaços e materiais

Questões mobilizadoras:

1. Como as práticas pedagógicas têm integrado as dimensões do cuidar e educar, assegurando o bem-estar, a proteção integral e o desenvolvimento das crianças?
2. De que maneira os processos de avaliação e documentação pedagógica contribuem para a reflexão sobre as práticas, o acompanhamento do desenvolvimento infantil e o aprimoramento da qualidade da Educação Infantil?
3. Em que medida os espaços, tempos e materiais disponíveis nas instituições de Educação Infantil favorecem a brincadeira, as interações, a exploração, a curiosidade e a autonomia das crianças?

Bloco 3 – Gestão democrática, participação e intersetorialidade na Educação Infantil

Questões mobilizadoras:

1. Como a gestão democrática se concretiza na Educação Infantil do município, especialmente no que se refere à participação das famílias, dos profissionais e da comunidade nas decisões pedagógicas e administrativas?
2. Quais estratégias têm sido adotadas para promover a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade de identidades, culturas, gêneros e contextos sociais na Educação Infantil?
3. De que forma a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas tem contribuído para a proteção integral e o atendimento das necessidades das crianças e suas famílias?

Sugestão para acompanhamento do encontro 1

Finalidade do Acompanhamento do Encontro

O acompanhamento do 1º Encontro do GT sobre "Princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil" tem como finalidade assegurar a qualidade técnica, a coerência conceitual e a intencionalidade política do processo de construção da Política Municipal de Educação Infantil. Esse acompanhamento permite verificar o alinhamento das discussões aos marcos legais e normativos vigentes, aos referenciais teóricos contemporâneos e às especificidades do território municipal, bem como garantir que o percurso metodológico definido seja compreendido, pactuado e apropriado coletivamente pelos participantes.

Instrumentos de acompanhamento

- Lista de presença dos integrantes do Grupo de Trabalho;
- Ata do encontro, contendo registros das discussões, consensos e encaminhamentos;
- Roteiro metodológico do encontro, com objetivos, conteúdos e dinâmica de trabalho;
- Materiais de estudo e apresentação técnica utilizados no aprofundamento conceitual e legal;
- Registro das contribuições do grupo (anotações, quadros-síntese ou documentos colaborativos);
- Cronograma de trabalho pactuado, com definição de etapas, prazos e responsabilidades.

Compreensão ampliada e compartilhada dos fundamentos históricos, legais, conceituais e éticos da Educação Infantil como direito da criança e primeira etapa da Educação Básica;

Definição e pactuação do percurso metodológico para a elaboração da primeira parte da Política Municipal;

Alinhamento conceitual do GT em relação às concepções na Educação Infantil;

O que se espera ao final do encontro?

Cronograma de reuniões validado, com definição de etapas, prazos e responsabilidades dos integrantes do GT;

Compromisso institucional dos participantes com a continuidade do processo de construção, implementação e monitoramento da Política Municipal de Educação Infantil;

Sistematização inicial dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil, a partir das discussões realizadas no encontro;

Elaboração e validação da ata do encontro, a ser utilizado como base para os próximos momentos do trabalho.

Sugestão de materiais para consulta

BABRUCIO, Fernando Luiz. Coordenação federativa no Brasil: a experiência do setor educacional. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2010.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2024.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2009.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

_____. Ministério da Educação. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

CAMPOS, Maria Malta. Educação Infantil: o debate da qualidade. São Paulo: Cortez, 2013.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87–128, 2006.

Sugestão de materiais para consulta

CURY, Carlos Roberto Jamil. Política educacional brasileira: dilemas e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 15–28, 2002.

Educação Infantil como política pública e direito da criança

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 59. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn; FORMAN, George (org.). *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Penso, 2016.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHLMANN JR., Moysés. História da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, 2000.

_____. Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

RINALDI, Carla. *Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, políticas públicas e desigualdades sociais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 120, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância*. Porto: Asa, 2004.

UNICEF. *Equidade na Educação Infantil: fundamentos e práticas*. Brasília, DF: UNICEF Brasil, 2016.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

2º Encontro Diagnóstico da Rede

17

EMENTA

A elaboração de um diagnóstico qualificado da Educação Infantil constitui etapa essencial para o planejamento, a implementação e o aprimoramento da política pública municipal. A análise sistemática da realidade da rede permite compreender não apenas os dados quantitativos da oferta educacional, mas também as condições objetivas e contextuais que impactam o acesso, a permanência, a participação e as oportunidades de aprendizagem das crianças. O 2º encontro do GT assume papel estratégico ao auxiliar no aprofundamento da análise da qualidade da Educação Infantil a partir de suas múltiplas dimensões e indicadores, possibilitando a transição da compreensão conceitual para a leitura crítica da realidade concreta da rede municipal. Trata-se de um momento de articulação entre dados, evidências e experiências, orientado pela perspectiva da equidade e do direito à educação de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a qualidade da Educação Infantil na rede municipal, a partir de suas dimensões e indicadores, considerando dados objetivos e contextuais da oferta educacional;
2. Realizar a leitura crítica da realidade da rede, identificando as fragilidades que impactam o acesso, a permanência, a participação e as condições de aprendizagem das crianças;
3. Subsidiar o planejamento da política pública de Educação Infantil, com base em evidências, dados sistematizados e na perspectiva da equidade e da garantia de direitos.

CONTEÚDOS

- Conceção de qualidade, igualdade e equidade na Educação Infantil;
- Acesso e atendimento à demanda por vagas;
- Permanência e participação das crianças;
- Condições de aprendizagem e desenvolvimento;
- Formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil;
- Condições de trabalho e organização pedagógica;
- Infraestrutura, espaços, mobiliários e recursos pedagógicos;
- Indicadores de qualidade na Educação Infantil;
- Matrículas e cobertura do atendimento;
- Demanda manifesta e reprimida;
- Perfil e formação dos profissionais;
- Recursos humanos, financeiros e materiais;
- Condições físicas e acessibilidade das unidades educacionais;
- Análise de dados censitários e administrativos;
- Análise de Informações locais e contextuais;
- Identificação de fragilidades e demandas em relação ao acesso, aos aspectos pedagógicas, estruturais e arquitetônicos, organizacionais e de gestão.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Secretário(a) Municipal de Educação
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 2º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de análise técnica, leitura crítica da realidade e produção coletiva de evidências que subsidiem o planejamento da política municipal de Educação Infantil. Este encontro marca a transição do campo conceitual, trabalhado no primeiro momento, para a compreensão da realidade concreta da rede, exigindo do(a) formador(a) uma mediação cuidadosa, baseada em dados, escuta qualificada e rigor analítico.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra os objetivos do GT e os principais encaminhamentos do encontro anterior, destacando a construção dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil. Em seguida, deve-se explicitar o foco deste segundo encontro: a análise da qualidade da Educação Infantil a partir de suas dimensões e indicadores, com vistas à elaboração do diagnóstico da rede e à identificação de fragilidades que impactam o acesso, a permanência, a participação e as condições de aprendizagem das crianças.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar de forma clara os objetivos do encontro e a metodologia de trabalho, explicitando que o diagnóstico será construído a partir da análise de dados objetivos e contextuais, articulados às vivências e experiências da rede. É importante reforçar que o diagnóstico não se limita à descrição de dados, mas envolve interpretação crítica, identificação de desigualdades e reconhecimento de fatores estruturais, pedagógicos e organizacionais que incidem sobre a qualidade da oferta educacional.

Após essa contextualização, o(a) formador(a) deve conduzir um estudo orientado sobre as dimensões de qualidade e equidade da Educação Infantil e os indicadores que permitem avaliar a oferta educacional, com foco especialmente sobre o Parecer CNE/SEB nº 2, aprovado em 4 de julho de 2024 e a Resolução CNE/SEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Recomenda-se relacionar cada dimensão mencionadas na referida Resolução aos direitos das crianças e às responsabilidades do município, criando uma base comum de análise para o grupo.

Em seguida, o(a) formador(a) deve orientar o levantamento de dados sistematizados da rede municipal, organizando-os por eixos temáticos, como matrículas e atendimento à demanda por vagas, perfil e formação dos profissionais, gestão democrática, Proposta Pedagógica, recursos humanos, financeiros e materiais, e condições de infraestrutura das unidades. Após, o(a) formador(a) deverá propor a apresentação de forma clara e objetiva para a comunidade local, utilizando quadros síntese, tabelas ou painéis, de modo a facilitar a leitura coletiva e permitir que o grupo identifique tendências, avanços, fragilidades e desigualdades presentes na rede.

A partir da apresentação dos dados, o(a) formador(a) deve destacar a necessidade de análise coletiva da realidade, orientando a identificação das potencialidades, fragilidades, demandas e desafios no processo de garantia do direito à Educação Infantil.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve orientar a sistematização coletiva das evidências levantadas durante a análise, organizando os registros por dimensões e indicadores de qualidade. Esse processo de sistematização é essencial para transformar as discussões em subsídios concretos para o planejamento da política municipal, permitindo identificar consensos, pontos críticos e aspectos que demandam aprofundamento nos encontros seguintes.

Concluída a sistematização, o(a) formador(a) deve sugerir a articulação entre o diagnóstico elaborado e o planejamento da política pública, conduzindo o grupo local à reflexão sobre como as evidências produzidas subsidiarão a definição de prioridades, a formulação de metas e ações e o direcionamento de investimentos e estratégias. É importante reforçar que o diagnóstico constitui a base para as próximas etapas do trabalho do GT e para a tomada de decisões qualificadas.

O encerramento do encontro deve contemplar a retomada dos objetivos propostos, destacando como produto deste segundo momento as orientações sobre como o GT local poderá elaborar o diagnóstico preliminar da Educação Infantil municipal. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 3.

Para o desenvolvimento do encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Com base no quadro a seguir, propõe-se que o GT discuta, registre e sistematize os princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.

DIMENSÃO 1
CONCEPÇÃO, QUALIDADE E EQUIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bloco 1 – Concepção de qualidade na Educação Infantil

1. Qual concepção de qualidade e equidade orienta o trabalho na Educação Infantil em sua rede de ensino e de que forma ela está explicitada nos documentos oficiais (PPP, normas, diretrizes)?
2. As múltiplas dimensões da qualidade (pedagógica, relacional, estrutural, organizacional e de gestão) são reconhecidas e articuladas na prática cotidiana das unidades?
3. O município adota referenciais nacionais de qualidade e equidade para orientar o planejamento, a avaliação e o monitoramento da Educação Infantil?

Bloco 2 – Indicadores de qualidade na Educação Infantil

1. O município dispõe de indicadores próprios ou adota indicadores nacionais para avaliar a qualidade da Educação Infantil?
2. Como esses indicadores são utilizados nos processos de planejamento, acompanhamento e tomada de decisão?
3. Há mecanismos institucionais para revisão periódica dos indicadores à luz das evidências locais?

DIMENSÃO 2
ACESSO, MATRÍCULA E COBERTURA DO ATENDIMENTO

Bloco 1 – Matrículas e cobertura do atendimento

1. Qual é a taxa de cobertura da Educação Infantil no município para creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos)?
2. A distribuição das matrículas considera critérios territoriais, sociais e de equidade?
3. Existem desigualdades de acesso entre diferentes regiões ou grupos populacionais do município?

Bloco 2 – Acesso e atendimento à demanda por vagas

1. O município possui critérios públicos, transparentes e equitativos para o acesso às vagas na Educação Infantil?
2. As estratégias de ampliação da oferta têm sido suficientes para atender ao crescimento da demanda?
3. Como se dá a articulação entre planejamento educacional, orçamento e expansão de vagas?

Bloco 3 – Demanda manifesta e reprimida

1. O município realiza levantamento sistemático da demanda manifesta e reprimida por vagas na Educação Infantil?
2. Quais faixas etárias concentram maior demanda não atendida?
3. Que estratégias vêm sendo adotadas para enfrentar a demanda reprimida de forma planejada e sustentável?



Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Com base no quadro a seguir, propõe-se que o GT discuta, registre e sistematize os princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.

DIMENSÃO 3 PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM
Bloco 1 – Permanência e participação das crianças <ol style="list-style-type: none">1. Quais ações são desenvolvidas para garantir a permanência das crianças na Educação Infantil ao longo do ano letivo?2. Existem estratégias para fortalecer a participação das crianças nas experiências educativas e na vida cotidiana da unidade?3. Há acompanhamento de situações de ausência frequente, evasão, abandono ou vulnerabilidade social?
Bloco 2 - Processos de escuta e participação de crianças, famílias, comunidades e profissionais <ol style="list-style-type: none">1. Quais estratégias institucionais são adotadas para assegurar a escuta qualificada das crianças, respeitando suas múltiplas linguagens, expressões e formas de participação?2. De que maneira as famílias e as comunidades são ouvidas e envolvidas nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações da Educação Infantil?3. Existem espaços sistemáticos de escuta e diálogo com os profissionais das unidades de Educação Infantil para identificação de demandas, desafios e proposições de melhoria?
Bloco 3 – Condições de aprendizagem e desenvolvimento <ol style="list-style-type: none">1. As práticas pedagógicas asseguram experiências que promovem o desenvolvimento integral das crianças?2. As interações e as brincadeiras são efetivamente reconhecidas como eixos estruturantes da prática pedagógica?3. As propostas pedagógicas respeitam os tempos, ritmos e singularidades das crianças



Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Com base no quadro a seguir, propõe-se que o GT discuta, registre e sistematize os princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.

DIMENSÃO 4	
PROFISSIONAIS, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E RECURSOS	
Bloco 1 – Formação inicial e continuada dos profissionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é o perfil de formação inicial dos profissionais que atuam na Educação Infantil no município? 2. O município possui uma política estruturada de formação continuada específica para a Educação Infantil? 3. As formações dialogam com as necessidades reais das unidades e com as diretrizes nacionais?
Bloco 2 – Perfil e formação dos profissionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. O quadro de profissionais atende às exigências legais quanto à formação e habilitação? 2. Há equilíbrio entre profissionais efetivos e contratados na rede municipal? 3. Como o município acompanha e atualiza os dados sobre o perfil profissional da Educação Infantil?
Bloco 3 – Condições de trabalho e organização pedagógica	<ol style="list-style-type: none"> 1. As condições de trabalho asseguram tempos adequados para planejamento, formação e avaliação? 2. A organização pedagógica das unidades favorece o trabalho coletivo e colaborativo? 3. Existem desafios relacionados à carga horária, número de crianças por turma ou composição das equipes?
Bloco 4 – Recursos humanos, financeiros e materiais	<ol style="list-style-type: none"> 1. O município dispõe de recursos humanos suficientes para atender à demanda da Educação Infantil com qualidade? 2. Os recursos financeiros destinados à Educação Infantil são planejados e executados de forma transparente? 3. Os recursos materiais disponíveis atendem às necessidades pedagógicas das unidades?



Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Com base no quadro a seguir, propõe-se que o GT discuta, registre e sistematize os princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil.

DIMENSÃO 5
INFRAESTRUTURA, ACESSIBILIDADE E CONTEXTO

Bloco 1 – Infraestrutura, espaços, mobiliários e recursos pedagógicos

1. As unidades de Educação Infantil dispõem de espaços adequados às diferentes faixas etárias?
2. Os mobiliários e materiais pedagógicos são seguros, acessíveis e apropriados ao desenvolvimento infantil?
3. Os espaços favorecem brincadeiras, interações e múltiplas linguagens?

Bloco 2 – Condições físicas e acessibilidade das unidades

1. As unidades garantem acessibilidade física, comunicacional e pedagógica para todas as crianças?
2. Há adequações para atender crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades?
3. Existem unidades que demandam reformas, ampliações ou adequações estruturais?

Bloco 3 – Análise de dados censitários e administrativos

1. O município utiliza dados do Censo Escolar e de sistemas administrativos para o planejamento da Educação Infantil?
2. Esses dados são analisados de forma sistemática e compartilhados com as equipes gestoras?
3. As informações subsidiam decisões sobre expansão, formação e investimento?

Bloco 4 – Análise de informações locais e contextuais

1. O diagnóstico considera dados socioeconômicos, territoriais e culturais do município?
2. Há escuta das comunidades, famílias e profissionais no levantamento das informações?
3. As especificidades locais influenciam o planejamento das ações educacionais?

Bloco 5 – Identificação de barreiras

1. Quais barreiras de acesso à Educação Infantil estão presentes no município (territoriais, sociais ou administrativas)?
2. Existem barreiras pedagógicas, organizacionais ou de gestão que impactam a qualidade do atendimento?
3. Que barreiras estruturais ou arquitetônicas precisam ser superadas para garantir equidade?



Sugestão para acompanhamento do encontro 2

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 2º Encontro do GT, dedicado às orientações para elaboração do diagnóstico da rede municipal de Educação Infantil, tem como finalidade assegurar a qualidade técnica e a consistência analítica do processo de leitura da realidade educacional do município. Esse acompanhamento permite verificar a adequada utilização de dados, indicadores e evidências na análise da oferta educacional, bem como garantir que a identificação de barreiras ao acesso, à permanência, à participação e às condições de aprendizagem das crianças seja realizada à luz dos princípios da equidade e da garantia de direitos. Além disso, contribui para que o diagnóstico produzido subsidie de forma efetiva o planejamento, o monitoramento e a avaliação da política municipal de Educação Infantil.

Instrumentos de acompanhamento

- Lista de presença dos integrantes do Grupo de Trabalho;
- Ata do encontro, com registro das análises, discussões e consensos estabelecidos;
- Roteiro metodológico do encontro, contemplando objetivos, conteúdos e estratégias de análise;
- Relatórios, planilhas e bases de dados utilizados na análise da rede municipal (dados censitários, administrativos e informações locais);
- Quadros-síntese de indicadores e dimensões da qualidade da Educação Infantil;
- Registro das barreiras identificadas, organizadas por categorias (acesso, pedagógicas, estruturais, organizacionais e de gestão).

Sugestão para acompanhamento do encontro 2

Encaminhamentos esperados ao final do encontro

- Análise compartilhada e qualificada da qualidade da Educação Infantil na rede municipal, considerando suas múltiplas dimensões e indicadores;
- Leitura crítica da realidade educacional, articulando dados quantitativos, informações contextuais e experiências dos profissionais da rede;
- Identificação e sistematização das principais barreiras que impactam o acesso, a permanência, a participação e as condições de aprendizagem das crianças;
- Reconhecimento das desigualdades territoriais e sociais presentes na oferta da Educação Infantil, sob a perspectiva da equidade;
- Orientação acerca da sistematização preliminar do diagnóstico da rede municipal de Educação Infantil, a ser aprofundado nos encontros subsequentes;
- Definição de pontos prioritários para intervenção, a partir das fragilidades e desafios identificados;
- Compromisso do Grupo de Trabalho com o uso do diagnóstico como base para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação da política municipal de Educação Infantil;
- Elaboração e validação de ata do encontro, consolidando as análises e encaminhamentos produzidos.

Referências bibliográficas para consulta e estudos

aABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele; SANO, Hironobu. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. Brasília, DF: IPEA, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Brasília, DF: CNE, 2024.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica: notas estatísticas. Brasília, DF: INEP, publicação anual.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

_____. Ministério da Educação. Avaliação institucional na Educação Infantil: subsídios para sistemas de ensino. Brasília, DF: MEC/SEB, 2012.

_____. Ministério da Educação. Educação Infantil: gestão da demanda e oferta educacional. Brasília, DF: MEC, 2014.

_____. Ministério da Educação. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

_____. Ministério da Educação. Manual de orientação para adequação dos espaços da Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

_____. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018.

_____. Ministério da Educação. Planejamento educacional: fundamentos, métodos e práticas. Brasília, DF: MEC, 2015.

Referências bibliográficas para consulta e estudos

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAMPOS, Maria Malta. Educação Infantil: o debate da qualidade. São Paulo: Cortez, 2013.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da Educação Infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87–128, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Política educacional brasileira: limites e possibilidades. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 15–28, 2002. Formação, condições de trabalho e organização pedagógica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 59. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de et al. Avaliação educacional: caminhando pela contramão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GANDINI, Lella; EDWARDS, Carolyn; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança. Porto Alegre: Penso, 2016.

INEP. Indicadores educacionais: conceitos e aplicações na gestão pública. Brasília, DF: INEP, 2019.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil, políticas públicas e desigualdades sociais. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 120, p. 33–58, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Acesso e permanência na Educação Infantil: desafios e caminhos. São Paulo: Todos Pela Educação, 2019.

Dimensão 1 - Gestão democrática e participativa

EMENTA

A gestão democrática e participativa constitui um dos pilares estruturantes da política pública de Educação Infantil, sendo condição indispensável para a garantia do direito à educação de qualidade e equânime desde a primeira infância. Conforme estabelecem as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI), a efetivação desse princípio exige a construção de processos institucionais baseados na participação social, na transparência, na corresponsabilização e no fortalecimento dos mecanismos de controle social. Este encontro tem como finalidade aprofundar a compreensão da Dimensão 1 das DONQEEI, dedicada à "Gestão Democrática e Participativa", promovendo a análise dos princípios que orientam a organização das redes de ensino e a implementação das políticas públicas no âmbito municipal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão da Gestão democrática e participativa como princípio estruturante da política de Educação Infantil, conforme a Dimensão 1 das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI);
2. Analisar os mecanismos de participação social, transparência e controle social no âmbito da Educação Infantil;
3. Subsidiar a elaboração de diretrizes e práticas de gestão democrática no município, fortalecendo a articulação entre famílias, comunidades, conselhos municipais e os entes federados no regime de colaboração.

CONTEÚDOS

- Gestão Democrática e Participativa como princípio da política educacional;
- Princípios democráticos na organização dos sistemas de ensino;
- Participação social na Educação Infantil;
- Famílias e comunidades como sujeitos da política educacional;
- Estratégias e espaços de escuta e diálogo;
- Transparência e publicidade dos processos de gestão;
- Gestão da demanda por vagas;
- Organização e divulgação da lista de espera;
- Controle social e instâncias de participação;
- Conselhos Municipais de Educação;
- Conselhos de acompanhamento e demais colegiados;
- Articulação interfederativa e regime de colaboração;
- Responsabilidades da União, do Estado e do Município;
- Cooperação técnica e institucional;
- Gestão democrática, equidade e garantia do direito à Educação Infantil;
- Desafios e possibilidades para o fortalecimento da gestão democrática no contexto municipal

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 3º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de aprofundamento conceitual, análise institucional e construção coletiva de diretrizes relacionadas à Gestão Democrática e Participativa na Educação Infantil, conforme a Dimensão 1 das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI).

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra brevemente os objetivos gerais do GT e os encaminhamentos dos encontros anteriores, situando este terceiro momento na sequência do processo de elaboração da política municipal. Em seguida, deve-se explicitar o foco do encontro, destacando que a Dimensão 1 das DONQEEI orienta os princípios democráticos e participativos que sustentam a organização dos sistemas de ensino e as práticas de gestão da Educação Infantil.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que o processo envolverá estudo orientado das DONQEEI, análise dos mecanismos existentes no município e produção coletiva de diretrizes. É importante reforçar que a gestão democrática não se restringe a procedimentos administrativos, mas envolve práticas permanentes de escuta, transparência, participação social e corresponsabilização.

Após essa contextualização, o(a) formador(a) deve conduzir um estudo orientado sobre a Dimensão 1 das DONQEEI, apresentando seus fundamentos, princípios e implicações para a política municipal de Educação Infantil. Esse momento deve enfatizar os princípios democráticos que orientam a organização dos sistemas de ensino, bem como a centralidade da participação social e da transparência dos processos de gestão como garantias do direito à educação. Recomenda-se relacionar a Dimensão 1 às demais dimensões da qualidade, evidenciando seu caráter transversal.

Na sequência, o(a) formador(a) deve conduzir a análise dos mecanismos de controle social, apresentando o papel dos conselhos municipais, fóruns e demais instâncias colegiadas no acompanhamento, fiscalização e avaliação das políticas educacionais. Deve-se orientar o grupo a refletir sobre como esses espaços contribuem para a corresponsabilização e para o fortalecimento da gestão democrática, bem como sobre os desafios e possibilidades de sua atuação no contexto municipal.

Outro aspecto a ser abordado pelo(a) formador(a) diz respeito à articulação interfederativa e ao regime de colaboração entre União, Estado e Município. Nesse momento, deve-se explicitar as responsabilidades de cada ente federado na oferta da Educação Infantil e discutir como a cooperação técnica e institucional pode fortalecer a gestão democrática e a implementação das políticas públicas no território.

A partir dos estudos e reflexões realizados, o(a) formador(a) deve conduzir o grupo para a etapa de produção coletiva, orientando a elaboração de diretrizes e princípios de gestão democrática e participativa para a política municipal de Educação Infantil. O papel do(a) formador(a) nessa etapa é mediar o diálogo, organizar as contribuições e assegurar que as propostas estejam alinhadas às DONQEEI e aos marcos legais vigentes, registrando consensos, encaminhamentos e pontos que demandam aprofundamento posterior.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais aspectos discutidos, retomando os objetivos propostos e explicitando como produto deste terceiro momento a elaboração preliminar de diretrizes de Gestão Democrática e Participativa. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 4.

Para o desenvolvimento desse encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Participação social e processos colegiados de decisão **Questões mobilizadoras:**

1. Quais espaços e mecanismos de participação social existem atualmente no município para a tomada de decisões sobre a Educação Infantil, e em que medida eles têm sido efetivos?
2. Como os processos colegiados podem ser fortalecidos ou criados para garantir a participação qualificada da sociedade nas decisões sobre oferta, atendimento e demanda por vagas na Educação Infantil?
3. De que forma a rede municipal de ensino pode assegurar que as decisões relacionadas à Educação Infantil sejam construídas de maneira democrática, representativa e corresponsável?

Bloco 2 – Transparência, acesso à informação e controle social **Questões mobilizadoras:**

1. Como o município garante atualmente a transparência e o acesso à informação sobre a oferta, o atendimento e a demanda por Educação Infantil?
2. Quais estratégias podem ser adotadas para aprimorar a divulgação das decisões, ações e listas de espera por vagas, assegurando clareza, equidade e controle social?
3. De que maneira a Rede Municipal de Ensino pode institucionalizar fluxos permanentes de comunicação e prestação de contas à sociedade sobre a Educação Infantil?

Bloco 3 – Articulação institucional e diálogo com instâncias de controle social **Questões mobilizadoras:**

1. Como se estabelece o diálogo entre a gestão municipal da Educação Infantil, os Conselhos de Educação e os demais órgãos de controle social no território?
2. Quais desafios e potencialidades existem na articulação com o sistema de Justiça para a garantia do direito à Educação Infantil?
3. De que forma a Rede Municipal de Ensino pode fortalecer relações institucionais que assegurem a proteção do direito à Educação Infantil e a observância das normativas vigentes?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 4 – Conselhos de Escola e gestão democrática nas instituições

Questões mobilizadoras:

1. As instituições de Educação Infantil do município possuem Conselhos de Escola instituídos e estão em funcionamento?
2. Como os Conselhos de Escola podem contribuir para o fortalecimento da gestão democrática, da participação das famílias e da melhoria da qualidade do atendimento?
3. Que diretrizes a Rede Municipal de Ensino deve estabelecer para garantir a criação, o funcionamento e o fortalecimento dos Conselhos de Escola em todas as unidades de Educação Infantil?

Bloco 5 – Escuta e participação na elaboração das políticas educacionais

Questões mobilizadoras:

1. Como o município tem promovido a escuta de profissionais da Educação Infantil, crianças, famílias e comunidades nos processos de planejamento e elaboração das políticas educacionais?
2. Quais estratégias podem ser incorporadas à política municipal para assegurar processos contínuos, inclusivos e representativos de escuta social?
3. De que forma as contribuições coletadas podem ser sistematizadas e efetivamente incorporadas às decisões e diretrizes da Política Municipal de Educação Infantil?



Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 6 – Articulação federativa e participação da sociedade civil organizada

Questões mobilizadoras:

1. Como se dá a articulação do município com os governos federal, estadual e demais entes federativos no campo da Educação Infantil?
2. De que maneira sindicatos, movimentos sociais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil têm participado da proposição e do fortalecimento das políticas de Educação Infantil?
3. Que mecanismos a política municipal pode instituir para promover uma articulação permanente e colaborativa entre poder público e sociedade civil?

Bloco 7 – Relação dialógica com instituições e fortalecimento dos vínculos com famílias e comunidades

Questões mobilizadoras:

1. Quais instrumentos e canais de diálogo existem entre a gestão municipal e as instituições que ofertam Educação Infantil, e como eles podem ser aprimorados?
2. Como a política municipal pode fortalecer relações dialógicas, respeitadas e colaborativas com as famílias e comunidades?
3. De que forma o fortalecimento desses vínculos contribui para a qualidade da Educação Infantil, a proteção integral das crianças e a construção de uma política pública socialmente referenciada?



Sugestão para acompanhamento do encontro 3

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 3º Encontro do GT, dedicado à Dimensão 1 das DONQEEI "Gestão Democrática e Participativa", tem como finalidade assegurar que as discussões, análises e proposições realizadas contribuam para o fortalecimento da gestão democrática da Educação Infantil no âmbito municipal. Trata-se de monitorar a apropriação dos princípios, fundamentos e implicações da gestão democrática como eixo estruturante da política pública, bem como a qualidade das reflexões produzidas sobre participação social, transparência, controle social e equidade no acesso às vagas.

Instrumentos de acompanhamento

- Registro em ata do encontro, contendo síntese das discussões, consensos, dissensos e proposições;
- Lista de presença dos participantes, com identificação das representações institucionais e sociais;
- Sistematização das contribuições dos participantes (orais e/ou escritas);
- Roteiro de observação do encontro, contemplando participação, diversidade de vozes e foco nos objetivos propostos;
- Quadro síntese com diagnóstico dos mecanismos de gestão democrática existentes e desafios identificados;
- Registro dos encaminhamentos pactuados e responsáveis designados.

Consolidação de uma compreensão comum sobre a gestão democrática e participativa como princípio estruturante da política municipal de Educação Infantil;

Levantamento de fragilidades e potencialidades dos mecanismos atuais de gestão da demanda por vagas e da lista de espera;

Identificação e sistematização dos principais desafios relacionados à participação social, à transparência e ao controle social no contexto local;

O que se espera ao final do encontro?

Definição de diretrizes preliminares para o fortalecimento da gestão democrática na Educação Infantil no município;

Indicação de estratégias para ampliar e qualificar a participação de famílias, comunidades e conselhos municipais;

Indicação de estratégias para ampliar e qualificar a participação de famílias, comunidades e conselhos municipais;

Encaminhamento de subsídios técnicos para a incorporação da Dimensão 1 das DONQEEI no planejamento da política municipal de Educação Infantil e em instrumentos normativos e operacionais.

Referências bibliográficas para consulta e estudos

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 18, n. 2, p. 163–174, jul./dez. 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRACINDO, Regina Vinhaes. *PROFUNCIONÁRIO: gestão democrática nos sistemas e na escola*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. (Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação).

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTOS, Wagner da Silva. Reflexões históricas e sociológicas para uma gestão democrática da escola no Brasil. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. 3, set./dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1980.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez.

Dimensão 2 – Identidade e Formação Profissional

EMENTA

A qualidade e a equidade na Educação Infantil estão intrinsecamente relacionadas à identidade profissional, à formação e às condições de trabalho dos profissionais que atuam diretamente com as crianças e na gestão das unidades educacionais. As Diretrizes Nacionais reconhecem os profissionais da Educação Infantil como sujeitos centrais da política pública, responsáveis pela materialização dos princípios pedagógicos, éticos e políticos que sustentam o direito das crianças ao desenvolvimento integral. Nesse sentido, este encontro tem como finalidade aprofundar a análise da Dimensão 2 "Identidade e Formação Profissional", promovendo a reflexão sobre a docência, a gestão e o papel dos profissionais de apoio na Educação Infantil. Trata-se de um momento estratégico para discutir a formação inicial e continuada como política estruturante, articulada à valorização profissional, à adequação das carreiras, às atribuições funcionais e às condições de trabalho no âmbito do sistema municipal de ensino.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão da Identidade e da Formação Profissional como dimensão estruturante da qualidade e da equidade na Educação Infantil, conforme a Dimensão 2 das DONQEEI;
2. Analisar as condições de formação, atuação e valorização dos profissionais da Educação Infantil, incluindo docentes, gestores e profissionais de apoio, no âmbito do sistema municipal de ensino;
3. Subsidiar a elaboração de diretrizes municipais para a formação continuada e a valorização profissional, considerando as especificidades territoriais, sociais, étnicas e culturais do município.

CONTEÚDOS

- Profissionais da Educação Infantil como sujeitos centrais da política pública;
- Ética, compromisso pedagógico e responsabilidade social;
- Formação inicial e continuada como política estruturante;
- Valorização profissional e condições de trabalho;
- Jornada de trabalho e tempos formativos;
- Condições materiais, organizacionais e institucionais;
- Papel dos profissionais de apoio na Educação Infantil;
- Contexto territorial e organização do trabalho pedagógico;
- Especificidades locais e seus impactos na atuação profissional;
- Formação profissional, equidade e inclusão na Educação Infantil;
- Fortalecimento da identidade profissional no contexto municipal.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 4º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de aprofundamento conceitual, análise institucional e construção coletiva de diretrizes relacionadas à "Identidade e à Formação Profissional na Educação Infantil", conforme a Dimensão 2 das DONQEEI. Trata-se de um momento estratégico para reconhecer os profissionais da Educação Infantil como sujeitos centrais da política pública e para discutir a formação continuada e a valorização profissional como elementos estruturantes da qualidade e da equidade.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra brevemente os objetivos gerais do Grupo de Trabalho e os encaminhamentos dos encontros anteriores, situando este quarto momento na sequência do processo de elaboração da política municipal. Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que o processo envolverá estudo orientado das DONQEEI, análise da realidade municipal e produção coletiva de diretrizes. É importante reforçar que a formação continuada deve ser compreendida como política estruturante do sistema municipal de ensino e não como ação pontual ou isolada.

Após essa contextualização, o(a) formador(a) deve conduzir um estudo orientado sobre a Dimensão 2 das DONQEEI, apresentando seus fundamentos, princípios e implicações para a política municipal de Educação Infantil. Esse momento deve enfatizar a identidade profissional como construção histórica, ética e política, diretamente relacionada à qualidade das práticas pedagógicas e ao compromisso com o desenvolvimento integral das crianças. Recomenda-se relacionar essa dimensão às demais dimensões da qualidade e da equidade, evidenciando sua transversalidade.

Em seguida, o(a) formador(a) deve promover uma reflexão aprofundada sobre a identidade dos profissionais da Educação Infantil, abordando as especificidades da docência, da gestão e das funções exercidas pelos profissionais de apoio. Esse momento deve considerar os aspectos éticos, pedagógicos e organizacionais da atuação profissional, estimulando o grupo a refletir sobre os desafios e as potencialidades existentes no contexto municipal e sobre os fatores que fortalecem ou fragilizam a identidade profissional na rede.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve conduzir a análise das condições de formação e de trabalho dos profissionais da Educação Infantil, apresentando informações sobre formação inicial e continuada, jornadas de trabalho, tempos destinados ao planejamento e à formação, planos de carreira, atribuições funcionais e condições materiais e institucionais de atuação. Deve-se orientar o grupo a analisar se a formação continuada está organizada como política pública permanente e se as condições de trabalho favorecem práticas pedagógicas qualificadas e éticas, considerando também o papel e a atuação dos profissionais de apoio.

Na sequência, o(a) formador(a) deve sugerir a integração da reflexão com a análise do contexto territorial e social em que as unidades educacionais estão inseridas, abordando as vulnerabilidades sociais, as diversidades étnicas, culturais e raciais e as especificidades locais que impactam a organização do trabalho pedagógico e a atuação profissional. Esse momento deve reforçar a necessidade de que as diretrizes de formação e valorização profissional atendam às realidades locais e comprometidas com a equidade e a inclusão.

A partir dos estudos e reflexões realizados, o(a) formador(a) deve conduzir o grupo para a etapa de produção coletiva, orientando a elaboração de diretrizes preliminares relacionadas à identidade e à formação profissional na Educação Infantil. O papel do(a) formador(a) é mediar o diálogo, organizar as contribuições e assegurar que as propostas estejam alinhadas às DONQEEI e às normativas vigentes, registrando consensos, encaminhamentos e pontos que demandam aprofundamento nos encontros seguintes.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais aspectos discutidos, retomando os objetivos propostos e explicitando como produto deste quarto momento a elaboração preliminar de diretrizes da Dimensão 2. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 5.

Para o desenvolvimento desse encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Identidade profissional e centralidade dos profissionais da Educação Infantil

Questões mobilizadoras:

1. Como os profissionais da Educação Infantil (docentes, gestores e profissionais de apoio) são reconhecidos, no âmbito do município, como sujeitos centrais da política pública e corresponsáveis pela garantia dos direitos das crianças?
2. Como é evidenciado a identidade profissional na Educação Infantil nas práticas pedagógicas, na gestão das unidades educacionais e nas relações estabelecidas com as crianças, as famílias e a comunidade?
3. Quais desafios e potencialidades podem ser identificados na consolidação de uma identidade profissional comprometida com princípios éticos, pedagógicos e de responsabilidade social, considerando as especificidades territoriais e socioculturais do município?

Bloco 2 – Formação inicial, continuada e processos formativos em serviço

Questões mobilizadoras:

1. Em que medida a formação inicial e a formação continuada dialogam com as especificidades da Educação Infantil e os princípios das DONQEEI?
2. Como os processos de formação em serviço e os tempos formativos estão organizados na rede municipal de ensino, e de que forma contribuem para a valorização profissional?
3. Quais abordagens e estratégias formativas na Rede Municipal de Ensino, são priorizadas para garantir uma formação profissional comprometida com a equidade, a inclusão, a diversidade e o desenvolvimento integral das crianças?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 3 – Valorização profissional, condições de trabalho e equidade

Questões mobilizadoras:

1. Como as políticas de valorização profissional, incluindo planos de carreira, atribuições funcionais, jornada de trabalho e remuneração, contribuem ou limitam o fortalecimento da identidade profissional na Educação Infantil no município?
2. Quais são as principais condições materiais, organizacionais e institucionais que interferem no trabalho cotidiano dos profissionais da Educação Infantil, e como essas condições impactam a qualidade e a equidade do atendimento às crianças?
3. De que forma as políticas de formação e valorização profissional podem considerar as especificidades territoriais, sociais, étnicas e culturais do município, promovendo práticas mais equitativas, inclusivas e comprometidas com a diversidade das infâncias?



Sugestão para acompanhamento do encontro 4

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 4º Encontro do GT, dedicado à Dimensão 2 das DONQEEI "Identidade e Formação Profissional", tem como finalidade assegurar que as reflexões, análises e proposições construídas contribuam para o fortalecimento da política municipal de Educação Infantil, reconhecendo os profissionais como sujeitos centrais da garantia do direito das crianças ao desenvolvimento integral. Além disso, possibilita verificar em que medida o encontro promoveu uma compreensão ampliada da identidade profissional na Educação Infantil, considerando as especificidades da docência, da gestão e das funções de apoio, bem como a articulação entre formação inicial, formação continuada, valorização profissional e condições de trabalho. Permite, ainda, analisar se as discussões incorporaram a leitura do contexto territorial e social, reconhecendo vulnerabilidades, diversidades étnicas, culturais e raciais e seus impactos sobre a organização do trabalho pedagógico para esta etapa da Educação Básica.

Instrumentos de acompanhamento

- Registro em ata do encontro, contendo síntese das discussões, consensos, divergências e proposições;
- Lista de presença, com identificação das diferentes categorias profissionais e representações institucionais;
- Sistematização das contribuições dos participantes (relatos, proposições e registros escritos);
- Roteiro de observação do encontro, contemplando participação, diversidade de vozes e aderência aos objetivos propostos;
- Quadro diagnóstico das condições de formação, atuação e valorização dos profissionais da Educação Infantil no município;
- Registro formal dos encaminhamentos pactuados, com definição de responsabilidades e prazos indicativos.

Consolidação de uma compreensão comum sobre a identidade profissional na Educação Infantil, abrangendo docentes, gestores e profissionais de apoio

Levantamento de desafios relativos à valorização profissional, às carreiras, às atribuições funcionais e às condições de trabalho

Identificação das principais fragilidades e potencialidades relacionadas à formação inicial e continuada dos profissionais da rede municipal

O que se espera ao final do encontro?

Reconhecimento das especificidades territoriais, sociais, étnicas e culturais que impactam a atuação profissional nas unidades educacionais

Proposição de estratégias para o fortalecimento da identidade profissional e da formação em serviço

Definição de diretrizes preliminares para a política municipal de formação continuada em Educação Infantil

Encaminhamento de subsídios técnicos para a incorporação da Dimensão 2 das DONQEEI no planejamento da política municipal de Educação Infantil e em seus instrumentos normativos

Referências bibliográficas para consulta e estudos

AZEVEDO, Heloísa Helena de Oliveira. Educação infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise (Orgs.). Educação Infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

CERISARA, Ana Beatriz. Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

FONTANA, Roseli Aparecida Cação. Como nos tornamos professoras? 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'água, 2009.

GATTI, Bernardete; BARRETO, Elba; ANDRÉ, Marli. Políticas docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (Orgs.). Formação em contexto: uma estratégia de integração. São Paulo: Pioneira, 2002.

KUHLMANN JR, Moysés. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VIGOTSKI, Lev Semionovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010.

5º Encontro

Dimensão 3 – Proposta Pedagógica

EMENTA

A Proposta Pedagógica constitui o núcleo estruturante da Educação Infantil, pois é por meio dela que se materializam os princípios, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o compromisso ético-político assegurado às crianças. As DONQEEI reconhecem a Dimensão 3 “Proposta Pedagógica” como elemento central para a garantia de práticas educativas intencionais, contextualizadas e comprometidas com a promoção do desenvolvimento integral e com a equidade. Este encontro tem como finalidade aprofundar a análise da Proposta Pedagógica da Educação Infantil à luz das DONQEEI e do Currículo Paulista, considerando o Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento orientador da ação educativa e da identidade das unidades educacionais. Trata-se de um momento estratégico para refletir sobre a coerência entre os princípios da Educação Infantil, seus eixos estruturantes e as práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano das instituições.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão da Proposta Pedagógica como eixo estruturante da qualidade e da equidade na Educação Infantil, conforme a Dimensão 3 das DONQEEI;
2. Analisar o Projeto Político-Pedagógico das unidades de Educação Infantil, considerando seus princípios, eixos estruturantes e indicadores de equidade na prática pedagógica;
3. Subsidiar a elaboração de diretrizes pedagógicas municipais, com foco na inclusão, na diversidade e em práticas avaliativas formativas, contínuas e coerentes com os direitos das crianças.

CONTEÚDOS

- Projeto Político-Pedagógico (PPP) na efetivação do currículo da Educação Infantil;
- Fundamentos éticos, políticos, estéticos e pedagógicos;
- Direitos de aprendizagem e desenvolvimento;
- Princípios da Educação Infantil e seus eixos estruturantes;
- Indicadores de equidade na prática pedagógica;
- Educação Especial na perspectiva inclusiva;
- Relações étnico-raciais e educação das populações quilombolas, indígenas e do campo;
- Diversidade, equidade e justiça curricular na Educação Infantil;
- Acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento;
- Concepções de avaliação na Educação Infantil;
- Práticas avaliativas formativas e contínuas;
- Proposta pedagógica, qualidade e garantia dos direitos das crianças;

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 5º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de aprofundamento conceitual, análise pedagógica e construção coletiva de diretrizes relacionadas à Proposta Pedagógica da Educação Infantil, conforme a Dimensão 3 das DONQEEI. Este encontro tem papel central no processo formativo, pois a proposta pedagógica é o eixo que materializa os princípios, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o compromisso ético-político da Educação Infantil no cotidiano das unidades educacionais.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra brevemente os objetivos gerais do GT e os principais encaminhamentos dos encontros anteriores, situando este quinto momento na sequência de construção da política municipal. Em seguida, deve-se explicitar o foco do encontro, destacando que a Dimensão 3 trata da "Proposta Pedagógica" como expressão concreta dos princípios da Educação Infantil e como referência para a organização do trabalho pedagógico nas unidades.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que o processo envolverá estudo orientado das DONQEEI, análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e das práticas pedagógicas da rede, reflexão coletiva sobre equidade e avaliação e produção inicial de diretrizes pedagógicas municipais. É importante reforçar que a proposta pedagógica deve assegurar coerência entre concepção de infância, direitos das crianças e práticas educativas.

Em seguida, o(a) formador(a) deve propor a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como instrumento orientador da ação educativa e da identidade das unidades de Educação Infantil. Esse momento deve abordar a função do PPP, sua coerência com o Currículo Paulista, a política municipal e com as DONQEEI e a presença dos princípios e eixos estruturantes da Educação Infantil no documento. Recomenda-se orientar o grupo a identificar avanços, fragilidades e aspectos que demandam revisão ou fortalecimento nos PPPs da rede.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve conduzir uma reflexão aprofundada sobre os indicadores de equidade na prática pedagógica, abordando a Educação Especial na perspectiva inclusiva, as relações étnico-raciais e as especificidades das populações quilombolas, indígenas e do campo. Esse momento deve estimular o grupo a analisar se a proposta pedagógica assegura justiça curricular e oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento para todas as crianças, considerando as diversidades como princípio constitutivo da Educação Infantil.

Em continuidade, o(a) formador(a) deve promover a reflexão sobre os instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, destacando a importância de práticas avaliativas formativas, contínuas e coerentes com a concepção de infância e com os direitos assegurados pela legislação educacional. Deve-se reforçar que a avaliação na Educação Infantil não tem caráter classificatório, mas orientador do planejamento pedagógico e do acompanhamento do desenvolvimento infantil.

A partir dos estudos e reflexões realizados, o(a) formador(a) deve conduzir o grupo para a etapa de produção coletiva, orientando a elaboração de diretrizes preliminares para a Proposta Pedagógica da Educação Infantil no município.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais aspectos discutidos, retomando os objetivos propostos e explicitando como produto deste quinto momento a elaboração preliminar de diretrizes da Dimensão 3 e os encaminhamentos para o próximo encontro do GT.

O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 6.

Para o desenvolvimento desse encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Proposta Pedagógica e Projeto Político-Pedagógico como núcleo estruturante

Questões mobilizadoras:

1. De que maneira o Projeto Político-Pedagógico das unidades de Educação Infantil expressa os fundamentos éticos, políticos, estéticos e pedagógicos da Educação Infantil e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças?
2. Como se estabelece a coerência entre o PPP das unidades educacionais e a política curricular de Educação Infantil, especialmente no que se refere às Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI)?
3. Quais são os principais desafios e potencialidades identificados no município para o fortalecimento do PPP como instrumento vivo, coletivo e orientador das práticas pedagógicas cotidianas?

Bloco 2 – Equidade, diversidade e justiça curricular na prática pedagógica

Questões mobilizadoras:

1. De que forma a Proposta Pedagógica das unidades de Educação Infantil incorpora indicadores de equidade, considerando as relações étnico-raciais, a Educação Especial na perspectiva inclusiva e as especificidades das populações quilombolas, indígenas e do campo?
2. Como os princípios da Educação Infantil e seus eixos estruturantes (interações e brincadeira) se materializam em práticas pedagógicas que promovem diversidade, equidade e justiça curricular no cotidiano das instituições?
3. Quais estratégias pedagógicas podem ser fortalecidas ou implementadas no município para assegurar práticas intencionais, contextualizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral de todas as crianças?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 3 – Acompanhamento, avaliação e garantia dos direitos das crianças

Questões mobilizadoras:

1. Quais concepções de avaliação orientam atualmente as práticas pedagógicas na Educação Infantil do município, e em que medida elas se alinham a uma perspectiva formativa, contínua e não classificatória?
2. Quais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças têm sido utilizados para qualificar as práticas pedagógicas e assegurar a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento?
3. De que forma o acompanhamento e a avaliação podem contribuir para o fortalecimento da Proposta Pedagógica, respeitando os tempos, as singularidades e as múltiplas linguagens das crianças?



Sugestão para acompanhamento do encontro 5

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 5º Encontro do Grupo de Trabalho, dedicado à Dimensão 3 das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI) "Proposta Pedagógica", tem como finalidade assegurar que as reflexões e análises desenvolvidas contribuam para o fortalecimento das práticas pedagógicas da rede municipal, em consonância com os princípios, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o compromisso ético-político da Educação Infantil. Da mesma forma, possibilita verificar a coerência entre a Proposta Pedagógica, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das unidades educacionais e as diretrizes da política municipal, identificando em que medida as práticas cotidianas expressam os fundamentos éticos, políticos e pedagógicos da Educação Infantil. Permite, ainda, analisar a incorporação dos indicadores de equidade na prática pedagógica, assegurando a educação inclusiva, o enfrentamento das desigualdades e o reconhecimento da diversidade étnico-racial, cultural e territorial como princípio constitutivo do currículo.

Instrumentos de acompanhamento

- Ata do encontro, com registro das discussões, consensos, proposições e questões emergentes;
- Lista de presença, com identificação das representações institucionais e profissionais participantes;
- Relatório técnico-pedagógico sobre a Dimensão 3 das DONQEEI, com síntese analítica dos temas abordados;
- Sistematização das contribuições dos participantes, incluindo registros escritos e produções coletivas;
- Roteiro de observação do encontro, contemplando participação, aprofundamento conceitual e alinhamento aos objetivos;
- Quadro de análise dos Projetos Político Pedagógicos das unidades de Educação Infantil, à luz dos princípios e indicadores de equidade;
- Registro formal dos encaminhamentos pactuados, com indicação de responsabilidades e prazos orientadores.

Consolidação de uma compreensão compartilhada sobre a Proposta Pedagógica como eixo estruturante da Educação Infantil

Levantamento de indicadores de equidade presentes ou ausentes na prática pedagógica da rede municipal

Identificação de avanços, lacunas e desafios na coerência entre PPPs das unidades e a política municipal de Educação Infantil

O que se espera ao final do encontro?

Definição de diretrizes preliminares para o fortalecimento da educação inclusiva e da justiça curricular na Educação Infantil

Sistematização de orientações sobre práticas avaliativas formativas e instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças

Pactuação de princípios orientadores para práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade étnico-racial, cultural e territorial

Encaminhamento de subsídios técnicos para a incorporação da Dimensão 3 das DONQEEI nas diretrizes pedagógicas municipais e nos PPPs das unidades educacionais

Referências bibliográficas para consulta e estudos

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal e projeto político-pedagógico: análise da atividade pedagógica a partir da Psicologia Histórico-Cultural. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Projetos pedagógicos na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral. Territórios da infância: linguagens, tempos e relações para uma pedagogia para as crianças pequenas. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

GAMA, Natália. Princípios curriculares à luz da Pedagogia Histórico-Crítica: as contribuições da obra de Dermeval Saviani. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LIMA, Oliver. Do colo à cultura: a criança que se humaniza pelo encontro com o outro e com o mundo. – 1. ed. – Jundiaí (SP): Paco, 2025.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (org.). Infância e Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Lígia Márcia. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

_____. A formação social da personalidade do professor. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

PASQUALINI, Juliana Campregheer. Princípios para a organização do ensino na Educação Infantil na perspectiva Histórico-Cultural: um estudo a partir da análise da prática do professor. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. 2. ed. São Paulo: Ática, 2012.

6º encontro

Dimensão 4 – Avaliação da Educação Infantil

EMENTA

A Avaliação da Educação Infantil, conforme estabelecem as DONQEEI, deve ser compreendida como um processo formativo, institucional e contínuo, orientado ao monitoramento da qualidade e da equidade da oferta educacional e ao aprimoramento das políticas públicas. Diferentemente de práticas avaliativas classificatórias ou centradas no desempenho individual das crianças, a avaliação na Educação Infantil tem como foco a análise das condições de oferta, das práticas pedagógicas, da gestão e dos resultados institucionais, sempre à luz dos direitos das crianças. O sexto encontro do GT assume papel estratégico ao aprofundar a Dimensão 4 das DONQEEI, dedicada à "Avaliação da Educação Infantil", promovendo a reflexão sobre seus objetivos, princípios éticos, pedagógicos e políticos e seu papel no fortalecimento da gestão educacional e do trabalho pedagógico. Trata-se de um momento fundamental para consolidar uma concepção de avaliação comprometida com a melhoria contínua da política pública, com a transparência e com a tomada de decisões qualificadas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão da Avaliação da Educação Infantil como processo formativo, institucional e contínuo, conforme a Dimensão 4 das DONQEEI, orientado à qualidade e à equidade da oferta educacional;
2. Analisar a avaliação institucional como instrumento de qualificação da política pública, do trabalho pedagógico e da gestão da Educação Infantil, considerando seus princípios éticos, pedagógicos e políticos;

3. Subsidiar a construção de instrumentos municipais de monitoramento e avaliação, por meio do Painel Municipal de Indicadores e do estudo de evidências, fortalecendo a tomada de decisões baseada em dados.

CONTEÚDOS

- Concepção de Avaliação da Educação Infantil;
- Avaliação institucional como processo formativo, institucional e contínuo;
- Objetivos da avaliação na Educação Infantil;
- Monitoramento dos indicadores da qualidade e da equidade;
- Qualificação da política pública e das práticas pedagógicas;
- Avaliação, gestão educacional e trabalho pedagógico;
- Leitura crítica de dados e informações da rede para levantamento de evidências;
- Uso pedagógico e institucional dos resultados da avaliação;
- Transparência e fortalecimento da política municipal por meio da avaliação.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 6º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de aprofundamento conceitual, análise institucional e produção coletiva de instrumentos voltados à avaliação da Educação Infantil, conforme a Dimensão 4 das DONQEEI. Este encontro tem como finalidade consolidar a compreensão da avaliação como um processo formativo, institucional e contínuo, orientado ao monitoramento da qualidade e da equidade da oferta educacional e à qualificação da política pública municipal.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra brevemente os objetivos gerais do Grupo de Trabalho e os principais encaminhamentos dos encontros anteriores, situando este sexto momento na sequência de elaboração da política municipal de Educação Infantil. Em seguida, deve-se explicitar o foco do encontro, destacando que a Dimensão 4 trata da avaliação como instrumento de análise da política pública e de fortalecimento da gestão e do trabalho pedagógico, e não como mecanismo de controle ou classificação das crianças.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que o processo envolverá estudo orientado das DONQEEI, reflexão sobre a avaliação institucional, construção coletiva do Painel Municipal de Indicadores e realização de uma oficina de monitoramento com estudo de evidências. É importante reforçar que a avaliação, na Educação Infantil, deve estar comprometida com os princípios éticos, pedagógicos e políticos que asseguram os direitos das crianças.

Após essa contextualização, o(a) formador(a) deve conduzir um estudo orientado sobre a Dimensão 4 das DONQEEI, enfatizando a avaliação como processo formativo, institucional e contínuo, voltado ao acompanhamento das condições de oferta, da gestão, das práticas pedagógicas e dos resultados institucionais, sempre à luz da qualidade e da equidade. Deve-se reforçar que a avaliação da Educação Infantil se destina à análise das condições que a Rede Municipal apresenta para o desenvolvimento integral de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Em seguida, o(a) formador(a) deve promover uma reflexão aprofundada sobre os objetivos da avaliação da Educação Infantil, conduzindo o grupo a compreender a avaliação como instrumento de qualificação da política pública, de fortalecimento da gestão educacional e de aprimoramento das práticas pedagógicas. Nesse momento, recomenda-se abordar explicitamente os princípios éticos, pedagógicos e políticos da avaliação, estimulando o grupo a identificar concepções e práticas avaliativas inadequadas que precisam ser superadas no contexto municipal.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve conduzir o estudo da avaliação institucional da Educação Infantil, destacando sua natureza coletiva e seu papel no planejamento, no monitoramento e na revisão das ações da política pública. Esse momento deve evidenciar a relação entre avaliação institucional, gestão democrática e tomada de decisões qualificadas, reforçando a importância da avaliação como processo permanente e integrado às demais dimensões das DONQEEI.

A partir desse referencial conceitual, o(a) formador(a) deve orientar a construção coletiva do Painel Municipal de Indicadores da Educação Infantil. Nessa etapa, deve-se apresentar a finalidade do painel como instrumento de monitoramento da qualidade e da equidade e conduzir o grupo à definição dos indicadores considerados relevantes, à identificação das fontes de dados, à periodicidade de acompanhamento e à relação desses indicadores com as dimensões das DONQEEI. O papel do(a) formador(a) é mediar o diálogo, organizar as contribuições e assegurar coerência técnica e conceitual na estruturação do painel.

Na sequência, o(a) formador(a) deve conduzir a oficina de monitoramento com estudo de evidências, organizando o grupo para a leitura crítica dos dados e informações produzidos pela rede municipal. Esse momento deve estimular a análise dos avanços, fragilidades, desigualdades e tendências identificadas nos dados, sempre à luz das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil e Currículo Paulista. Recomenda-se orientar o grupo a relacionar as evidências analisadas às decisões de planejamento, gestão e aprimoramento da política pública.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais aspectos discutidos, retomando os objetivos propostos e explicitando como produto deste sexto momento a elaboração preliminar do Painel Municipal de Indicadores, o registro do estudo de evidências e os encaminhamentos para o monitoramento contínuo da Educação Infantil no município. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 7.

Para o desenvolvimento desse encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Concepções, princípios e finalidades da avaliação na Educação Infantil

Questões mobilizadoras:

1. Como a concepção de avaliação adotada no município dialoga com os princípios das DONQEEI, especialmente no que se refere à avaliação como processo formativo, institucional e contínuo, distinto de práticas classificatórias ou centradas no desempenho individual das crianças?
2. De que maneira a avaliação da Educação Infantil tem contribuído para a garantia dos direitos das crianças, considerando as condições de oferta, as práticas pedagógicas e a organização institucional das unidades educacionais?
3. Quais desafios e possibilidades podem ser identificados para consolidar uma cultura avaliativa ética, pedagógica e politicamente comprometida com a melhoria contínua da Educação Infantil no município?

Bloco 2 – Avaliação institucional, gestão educacional e trabalho pedagógico

Questões mobilizadoras:

1. Como a avaliação institucional da Educação Infantil está organizada no município e em que medida ela subsidia a gestão educacional, o planejamento das ações e o aprimoramento do trabalho pedagógico?
2. De que forma os processos avaliativos consideram indicadores de qualidade e equidade, articulando dimensões como infraestrutura, recursos humanos, organização do trabalho pedagógico e gestão democrática?
3. Como os resultados da avaliação têm sido utilizados pelas equipes gestoras e pedagógicas para promover reflexões coletivas, tomada de decisões qualificadas e fortalecimento da política municipal de Educação Infantil?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 3 – Indicadores, evidências e uso dos resultados da avaliação

Questões mobilizadoras:

1. Quais indicadores de qualidade e equidade são utilizados atualmente no município para o monitoramento da Educação Infantil, e como eles se articulam com as DONQEEI?
2. Como o estudo de evidências e a leitura crítica de dados e informações da rede contribuem para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações da política pública de Educação Infantil?
3. De que forma os resultados da avaliação podem ser utilizados de maneira pedagógica, institucional e transparente, fortalecendo a gestão democrática, o controle social e a melhoria contínua da oferta educacional?



Sugestão para acompanhamento do encontro 6

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 6º Encontro, que aborda a Dimensão 4 "Avaliação da Educação Infantil" tem como finalidade assegurar a consolidação de uma concepção de avaliação alinhada às DONQEEI, compreendida como um processo formativo, institucional e contínuo, voltado ao monitoramento da qualidade e da equidade da oferta educacional e ao aprimoramento permanente da política pública municipal. Esse acompanhamento permite verificar a incorporação dos princípios éticos, pedagógicos e políticos que orientam a avaliação da Educação Infantil, assegurando que ela se constitua como instrumento de qualificação da gestão educacional e do trabalho pedagógico, e não como mecanismo de controle, classificação ou responsabilização individual das crianças. Ao focalizar as condições de oferta, as práticas pedagógicas, a gestão e os resultados institucionais, o acompanhamento reafirma a centralidade dos direitos das crianças como referência fundamental da avaliação.

Instrumentos de acompanhamento

- Ata do encontro, com registro qualificado das discussões, análises e consensos estabelecidos;
- Lista de presença, identificando os participantes e suas representações institucionais;
- Relatório técnico-analítico do encontro, com síntese dos principais conceitos, reflexões e proposições relacionadas à Dimensão 4 das DONQEEI;
- Registros da oficina de monitoramento, incluindo estudos de evidências e análises coletivas realizadas pelo Grupo;
- Documento preliminar do Painel Municipal de Indicadores da Educação Infantil;
- Quadro de sistematização dos indicadores de qualidade e equidade discutidos;
- Registro formal dos encaminhamentos pactuados, com definição de responsabilidades institucionais;
- Instrumento de verificação da aderência dos encaminhamentos aos objetivos do encontro e às diretrizes nacionais.

Consolidação de uma compreensão comum sobre a Avaliação da Educação Infantil como processo formativo, institucional e contínuo

Definição de diretrizes para a avaliação institucional da Educação Infantil no município

Pactuação de princípios éticos, pedagógicos e políticos que devem orientar a avaliação no âmbito da política municipal

O que se espera ao final do encontro?

Elaboração ou validação preliminar do Painel Municipal de Indicadores de qualidade e equidade

Fortalecimento da leitura crítica de dados e evidências da rede municipal de Educação Infantil

Sistematização de critérios para o uso pedagógico, institucional e público dos resultados da avaliação

Encaminhamentos para a integração entre avaliação, planejamento, monitoramento e tomada de decisão

Referências bibliográficas para consulta e estudos

BCORSINO, Patrícia. Educação Infantil: cotidiano e políticas. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

FERNANDES, Domingos. Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GODOI, Elisandra Girardelli de. Avaliação na Educação Infantil: um encontro com a realidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GUIMARÃES, Célia Maria; CARDONA, Maria João; OLIVEIRA, Dalva Ribeiro de. Fundamentos e práticas da avaliação na Educação Infantil. Porto Alegre: Mediação, 2014.

KRAMER, Sônia; BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância, educação e direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Oliver. Do colo à cultura: a criança que se humaniza pelo encontro com o outro e com o mundo. – 1. ed. – Jundiaí (SP): Paco, 2025.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (orgs.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2016.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil. Campinas, SP: Papirus, 2008.

RIBEIRO, Bruna. A qualidade na Educação Infantil: uma experiência de autoavaliação em creches da cidade de São Paulo. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

7º Encontro

Dimensão 5 – Infraestrutura, edificações e materiais

EMENTA

As condições físicas, estruturais e materiais das instituições de Educação Infantil constituem elementos indissociáveis da qualidade da oferta educacional e do bem-estar das crianças e dos profissionais que nelas atuam. Conforme estabelecem as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI), a infraestrutura adequada não se limita ao atendimento de requisitos técnicos, mas integra a dimensão pedagógica da política pública, influenciando diretamente as experiências, as interações, o brincar, o cuidado e o desenvolvimento integral das crianças. O 7º encontro do Grupo de Trabalho tem como finalidade aprofundar a análise da Dimensão 5 das DONQEEI "Infraestrutura, Edificações e Materiais", promovendo a reflexão sobre os espaços físicos, a arquitetura das instituições, as condições de acessibilidade, segurança e conforto, bem como a organização dos ambientes educativos e a adequação de mobiliários e materiais pedagógicos. Trata-se de reconhecer o ambiente como terceiro educador, que comunica valores, concepções de infância e intencionalidades pedagógicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Aprofundar a compreensão da infraestrutura, das edificações e dos materiais como dimensão estruturante da qualidade e da equidade na Educação Infantil, conforme a Dimensão 5 das DONQEEI;
2. Analisar criticamente as condições físicas, estruturais e materiais da rede municipal de Educação Infantil, considerando critérios de acessibilidade, segurança, conforto e adequação às especificidades das infâncias;

3. Subsidiar a construção de instrumentos de monitoramento e planejamento, por meio do Painel Municipal de Indicadores e do estudo de evidências, orientando decisões qualificadas sobre infraestrutura e recursos materiais.

CONTEÚDOS

- Infraestrutura e qualidade da EI;
- Condições físicas como direito das crianças;
- Relação entre ambiente, bem-estar e desenvolvimento infantil;
- Concepções de infância e organização dos ambientes;
- Adequação dos espaços;
- Acessibilidade arquitetônica e comunicacional;
- Condições de segurança;
- Ambientes acolhedores e saudáveis;
- Organização dos espaços educativos (internos e externos);
- Espaços para brincar, cuidar e explorar;
- Mobiliários e materiais pedagógicos acessíveis, seguros e culturalmente significativos;
- Adequação, diversidade e intencionalidade pedagógica;
- Ambiente como terceiro educador ;
- Painel Municipal de Indicadores de Educação Infantil.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)

Técnicos da Secretaria de Educação

Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 7º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um espaço de aprofundamento técnico-pedagógico, análise institucional e produção coletiva voltada às condições de infraestrutura, edificações e materiais da Educação Infantil, conforme a Dimensão 5 das DONQEEI. Este encontro tem como finalidade reconhecer que os espaços físicos, os ambientes educativos e os recursos materiais constituem dimensões indissociáveis da qualidade da oferta educacional e do bem-estar das crianças e dos profissionais, influenciando diretamente as experiências, as interações e o desenvolvimento infantil.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e retomada do percurso formativo, no qual o(a) formador(a) relembra brevemente os objetivos gerais do Grupo de Trabalho e os principais encaminhamentos dos encontros anteriores, situando este sétimo momento na sequência de construção da política municipal de Educação Infantil. Em seguida, deve-se explicitar o foco do encontro, destacando que a Dimensão 5 das DONQEEI trata das condições físicas, estruturais e materiais como parte constitutiva da política educacional e não apenas como requisitos técnicos ou administrativos.

Na sequência, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que o processo envolverá estudo orientado da Dimensão 5 das DONQEEI, análise crítica das condições existentes na rede municipal, construção coletiva do Painel Municipal de Indicadores e realização de uma oficina de monitoramento com estudo de evidências. Esse momento deve enfatizar a concepção do ambiente como terceiro educador, evidenciando como os espaços físicos, a arquitetura, os materiais e os mobiliários comunicam valores, concepções de infância e intencionalidades pedagógicas. Recomenda-se relacionar essa dimensão às demais dimensões das DONQEEI, destacando sua transversalidade e seu impacto direto na qualidade da oferta educacional.

Em seguida, o(a) formador(a) deve propor a reflexão sobre os espaços físicos e a arquitetura das instituições de Educação Infantil, abordando critérios de acessibilidade, segurança, conforto e adequação às diferentes faixas etárias e especificidades das infâncias. Esse momento deve estimular o grupo a analisar como os espaços internos e externos favorecem ou limitam o brincar, a exploração, o cuidado, a convivência e as interações, reconhecendo o papel dos ambientes na promoção do desenvolvimento integral das crianças.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve conduzir a análise das instalações e das condições de segurança das unidades educacionais, bem como da organização dos espaços educativos. Deve-se abordar a adequação dos mobiliários e dos materiais pedagógicos, considerando aspectos como diversidade, segurança, acessibilidade, intencionalidade pedagógica e respeito às culturas infantis. Recomenda-se orientar o grupo a identificar fragilidades, desigualdades e barreiras estruturais que impactam a qualidade e a equidade da oferta educacional na rede municipal.

A partir dessa análise, o(a) formador(a) deve orientar a construção coletiva do Painel Municipal de Indicadores referente à Dimensão 5, apresentando sua finalidade como instrumento de monitoramento das condições de infraestrutura, edificações e materiais. Nesse momento, o grupo deve ser conduzido à definição dos indicadores considerados relevantes, aos critérios de qualidade e equidade, às fontes de dados e à periodicidade de acompanhamento. O papel do(a) formador(a) é mediar o diálogo, organizar as contribuições e assegurar coerência técnica e conceitual na estruturação do painel.

Na sequência, o(a) formador(a) deve conduzir a oficina de monitoramento com estudo de evidências, organizando o grupo para a leitura crítica das informações e dos dados disponíveis sobre as condições físicas e materiais das unidades de Educação Infantil. Esse momento deve estimular a identificação de avanços, fragilidades, desigualdades territoriais e prioridades de intervenção, sempre à luz dos parâmetros estabelecidos pelas DONQEEI. Recomenda-se orientar o grupo a relacionar as evidências analisadas às necessidades de planejamento, investimento e tomada de decisões da política pública.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais aspectos discutidos, retomando os objetivos propostos e explicitando como produto deste sétimo momento a elaboração preliminar do Painel Municipal de Indicadores da Dimensão 5 e o registro do estudo de evidências realizado. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para o próximo encontro, reforçando o compromisso coletivo de consolidação do levantamento de dados e das evidências para compartilhamento entre os membros do GT no encontro 8.

Para o desenvolvimento desse encontro, ressaltamos a importância da utilização dos blocos de questões abaixo apresentados para mobilizar a discussão do GT.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Infraestrutura como dimensão pedagógica e direito das crianças

Questões mobilizadoras:

1. De que forma a infraestrutura das instituições de Educação Infantil do município expressa concepções de infância, educação, cuidado e desenvolvimento integral, conforme os princípios das DONQEEI?
2. Como as condições físicas, estruturais e materiais das unidades educacionais têm contribuído para o bem-estar, a segurança, o brincar, as interações e as experiências das crianças?
3. Em que medida a infraestrutura tem sido compreendida e tratada como um direito das crianças e como parte integrante da dimensão pedagógica da política pública de Educação Infantil no município?

Bloco 2 – Espaços, acessibilidade, segurança e organização dos ambientes educativos

Questões mobilizadoras:

1. Como os espaços físicos, internos e externos, das instituições de Educação Infantil estão organizados para atender às diferentes faixas etárias, garantindo oportunidades de brincar, explorar, cuidar e conviver?
2. De que maneira a rede municipal assegura condições de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, bem como segurança, conforto térmico, acústico e ambiental, respeitando as especificidades das crianças e dos profissionais?
3. Quais desafios e possibilidades podem ser identificados na organização dos ambientes educativos para torná-los mais acolhedores, inclusivos, saudáveis e coerentes com as concepções pedagógicas da Educação Infantil?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 3 – Materiais, indicadores e planejamento da infraestrutura com foco na equidade

Questões mobilizadoras:

1. Como os mobiliários e materiais pedagógicos disponíveis nas unidades de Educação Infantil atendem aos critérios de adequação, diversidade, segurança, acessibilidade e intencionalidade pedagógica?
2. Quais indicadores de infraestrutura, edificações e materiais são utilizados pelo município para monitorar a qualidade e a equidade da oferta da Educação Infantil, e como eles se articulam ao Painel Municipal de Indicadores?
3. De que forma o estudo de evidências e o uso sistemático dos resultados da avaliação da infraestrutura podem subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e a priorização de investimentos na política municipal de Educação Infantil?



Sugestão para acompanhamento do encontro 7

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 7º Encontro, referente à Dimensão 5 "Infraestrutura, Edificações e Materiais" tem como finalidade assegurar a incorporação da infraestrutura como dimensão estruturante da qualidade e da equidade na Educação Infantil, reconhecendo os espaços físicos, os ambientes educativos, os mobiliários e os materiais pedagógicos como elementos constitutivos do direito das crianças ao desenvolvimento integral. Esse acompanhamento permite verificar em que medida as condições físicas e materiais da rede municipal estão alinhadas aos princípios pedagógicos, éticos e políticos definidos pelas DONQEEI superando uma visão meramente técnica ou normativa da infraestrutura. Ao compreender o ambiente como terceiro educador, o acompanhamento contribui para qualificar a leitura dos espaços como mediadores das experiências, das interações, do brincar, do cuidado e da aprendizagem das crianças.

Instrumentos de acompanhamento

- Ata do encontro, com registro das análises, reflexões e pactuações realizadas;
- Lista de presença, identificando participantes e representações institucionais;
- Registros da oficina de monitoramento, incluindo estudo de evidências e análises coletivas;
- Documento preliminar do Painel Municipal de Indicadores de infraestrutura, edificações e materiais;
- Quadro de indicadores e parâmetros de qualidade e equidade discutidos pelo Grupo;
- Registros fotográficos ou descritivos (quando aplicável) das condições da rede analisadas;
- Documento de encaminhamentos pactuados, com definição de responsabilidades e prazos.

Consolidação de uma compreensão comum sobre a infraestrutura como direito das crianças e dimensão pedagógica da Educação Infantil;

Identificação de desigualdades e barreiras estruturais existentes na rede municipal;

Pactuação de critérios de qualidade, acessibilidade, segurança e conforto para os espaços da Educação Infantil no município;

O que se espera ao final do encontro?

Redação preliminar de indicadores de infraestrutura, edificações e materiais para o Painel Municipal;

Subsídios técnicos para a priorização de investimentos com base em evidências e na perspectiva da equidade;

Definição de diretrizes para o planejamento, a manutenção e a ampliação da infraestrutura da Educação Infantil;

Fortalecimento da articulação entre infraestrutura, proposta pedagógica e gestão educacional;

Referências bibliográficas para consulta e estudos

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (orgs.). Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 67–84.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Padrões de infraestrutura para o espaço físico destinado à Educação Infantil e parâmetros de qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2004.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice Mencarini (orgs.). Educação e sociedade. São Paulo: Companhia Nacional, 1973. p. 53–74.

CEPPI, Giulio; ZINI, Michele. Crianças, espaços, relações: como projetar ambientes para a Educação Infantil. São Paulo: Penso, 2013.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma pedagogia da Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Mariana (orgs.). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. p. 65–84.

GOLDSCHMIED, Elinor; JACKSON, Sonia. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir em espaços da Educação Infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

8º Encontro

Estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

EMENTA

A consolidação de uma Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil requer a sistematização cuidadosa do percurso formativo, das análises, dos diagnósticos, dos indicadores e das evidências construídas ao longo das dimensões das DONQEEI. O 8º encontro do Grupo de Trabalho assume, portanto, caráter síntese e propositivo, ao articular os conhecimentos produzidos e transformá-los em diretrizes, metas e ações concretas para o fortalecimento da política pública municipal. Esse encontro se justifica pela necessidade de assegurar coerência entre os referenciais nacionais, as especificidades do território e os dados produzidos pela própria rede municipal, garantindo que a política formulada responda às realidades locais e às demandas das infâncias. Ao retomar e integrar os relatórios elaborados ao longo do processo, o GT avança da análise para a proposição, consolidando uma política orientada por evidências e comprometida com a qualidade e a equidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1.Consolidar o percurso formativo desenvolvido, articulando análises, diagnósticos, indicadores e evidências produzidas nas dimensões das DONQEEI para a estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;
- 2.Retomar e integrar os relatórios elaborados ao longo do processo formativo, considerando os referenciais nacionais, as especificidades territoriais e os dados produzidos pelo GT;

- 3.Sistematizar a Política Municipal de qualidade e equidade da Educação Infantil, definindo metas, ações estratégicas e diretrizes, contemplando as 5 dimensões das DONQEEI.

CONTEÚDOS

- Articulação entre diagnóstico, indicadores, evidências, planejamento e financiamento;
- Princípios da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;
- Objetivos gerais e específicos da política municipal;
- Diretrizes da política municipal;
- Consideração das especificidades territoriais e contextuais do município;
- Diretrizes para a formação e valorização profissional;
- Condições de trabalho dos profissionais da Educação Infantil;
- Coerência entre princípios, diretrizes, metas e ações.

Carga horária: 3 horas

Público-alvo:

Grupo de trabalho (GT)
Técnicos da Secretaria de Educação
Conselho Municipal de Educação

Orientações gerais para o(a) formador(a)

Caro(a) formador(a)

O 8º encontro do GT deve ser conduzido pelo(a) formador(a) como um momento de síntese, consolidação e proposição, no qual todo o percurso formativo desenvolvido ao longo das dimensões das DONQEEI será sistematizado e transformado em uma proposta estruturada de Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Trata-se de um encontro estratégico, cujo foco é assegurar coerência entre diagnóstico, planejamento e proposição de ações, com base nas evidências produzidas pela própria rede municipal.

A condução do encontro deve iniciar-se com um momento de acolhimento e contextualização, no qual o(a) formador(a) explicita o caráter culminante deste encontro e reafirma o papel do GT na formulação da política pública. É importante destacar que o processo desenvolvido até aqui permitiu a construção de análises, indicadores, diagnósticos e diretrizes que agora precisam ser articulados de forma integrada, respeitando os referenciais nacionais e as especificidades do território.

Na sequência, o(a) formador(a) deve conduzir a retomada do percurso formativo, apresentando uma síntese das cinco dimensões das DONQEEI trabalhadas ao longo dos encontros, destacando as evidências, consensos e encaminhamentos produzidos em cada uma delas. Esse momento tem a função de garantir uma visão integrada do processo e de reafirmar a lógica de continuidade entre os encontros, preparando o grupo para a etapa de sistematização.

Após essa retomada, o(a) formador(a) deve apresentar os objetivos específicos do encontro e a metodologia de trabalho, esclarecendo que as atividades se organizarão em formato de oficina de redação coletiva. Deve-se reforçar que a política municipal a ser elaborada precisa articular princípios, concepções, fundamentos, objetivos, diretrizes, metas e ações, de forma sustentada nos diagnósticos, nos indicadores e nas evidências construídas ao longo do percurso, assegurando coerência técnica, pedagógica e política.

Em seguida, o(a) formador(a) deve conduzir a retomada dos princípios, concepções e fundamentos sistematizados nos encontros iniciais e orientando o grupo a validá-los coletivamente. Esse momento deve verificar o alinhamento dos princípios às DONQEEI, à legislação vigente e às realidades territoriais do município, registrando ajustes e consensos necessários para sua consolidação.

Na etapa seguinte, o(a) formador(a) deve orientar a definição dos objetivos e das diretrizes da política municipal, conduzindo o grupo a estruturar esses elementos de forma articulada às 5 dimensões das DONQEEI. Recomenda-se que o(a) formador(a) auxilie o grupo a garantir que as diretrizes expressem claramente as prioridades identificadas nos diagnósticos e evidências, assegurando que a política responda às necessidades reais da rede.

A partir das diretrizes definidas, o(a) formador(a) deve conduzir a discussão e a definição das metas e ações estratégicas da política municipal, estimulando o grupo a estabelecer prioridades de curto, médio e longo prazo. Esse momento deve articular as metas aos indicadores construídos, às possibilidades de planejamento e financiamento e aos mecanismos de monitoramento e avaliação, reforçando a viabilidade e a sustentabilidade da política pública.

Na sequência, o(a) formador(a) deve orientar a definição das diretrizes para a formação profissional, destacando a formação continuada como política estruturante e condição essencial para a efetividade da política municipal de Educação Infantil. Deve-se assegurar que essas diretrizes estejam articuladas à valorização profissional, às condições de trabalho e às demandas formativas identificadas ao longo do percurso.

Com esses elementos consolidados, o(a) formador(a) deve conduzir a oficina de redação coletiva da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, organizando a escrita dos princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações em um texto preliminar. O papel do(a) formador(a) é mediar o processo de escrita, organizar as contribuições, garantir clareza conceitual e assegurar alinhamento com as DONQEEI e com os marcos legais, mantendo coerência interna entre as partes do documento.

O encerramento do encontro deve contemplar a sistematização dos principais resultados alcançados, explicitando como produto a elaboração da minuta preliminar da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. O(a) formador(a) deve apresentar os encaminhamentos para as etapas seguintes, como revisão técnica, aprovação pelo CME, submissão ao Poder Legislativo, publicação e implementação da política, reforçando o compromisso coletivo com a efetivação do direito das crianças a uma Educação Infantil de qualidade e equânime.

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 1 – Síntese do percurso formativo, diagnósticos e evidências

Questões mobilizadoras:

1. Quais aprendizagens, consensos e tensões emergiram ao longo do percurso formativo nas diferentes dimensões das DONQEEI que precisam, necessariamente, estar refletidos na Política Municipal?
2. Quais diagnósticos e evidências produzidos pela rede municipal revelam com mais clareza os principais desafios e desigualdades na oferta da Educação Infantil no território?
3. De que forma os indicadores analisados (acesso, condições de oferta, formação, infraestrutura, práticas pedagógicas, avaliação, equidade) podem ser sistematizados como base estruturante da política municipal?

Bloco 2 – Princípios, concepção e intencionalidade da política municipal

Questões mobilizadoras:

1. Quais princípios devem orientar a Política Municipal de Educação Infantil para assegurar coerência com as DONQEEI e, ao mesmo tempo, dialogar com as especificidades do território?
2. Como a política municipal pode explicitar uma concepção de qualidade indissociável da equidade, reconhecendo as múltiplas infâncias e as desigualdades presentes no município?
3. De que maneira a política pode afirmar a criança como sujeito de direitos e a Educação Infantil como política pública estruturante do desenvolvimento integral?

Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 3 – Objetivos da política e articulação com o planejamento municipal

Questões mobilizadoras:

1. Qual deve ser o objetivo geral da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, considerando os dados, diagnósticos e prioridades locais?
2. Quais objetivos específicos precisam ser definidos para enfrentar os principais desafios identificados nas diferentes dimensões das DONQEEI?
3. Como assegurar que os objetivos da política estejam articulados ao planejamento educacional do município, aos planos decenais e às estratégias de financiamento?

Bloco 4 – Diretrizes da política: território, equidade e gestão pública

Questões mobilizadoras:

1. Quais diretrizes são essenciais para garantir que a política municipal considere as especificidades territoriais, sociais, culturais, étnicas e geográficas do município?
2. Como as diretrizes podem orientar a articulação entre gestão democrática, planejamento, financiamento e monitoramento da Educação Infantil?
3. De que forma a política municipal pode fortalecer a intersetorialidade e a corresponsabilização entre áreas para a garantia dos direitos das crianças?



Blocos de questões mobilizadoras para discussão e sistematização pelo GT

Bloco 5 – Formação, valorização profissional e condições de trabalho

Questões mobilizadoras:

1. Quais diretrizes devem orientar a formação inicial e continuada dos docentes e da equipe de apoio, considerando as especificidades locais e os princípios das DONQEEI?
2. Como a política municipal pode promover a valorização profissional, articulando formação, carreira, jornada de trabalho e condições materiais e institucionais?
3. Que ações estratégicas são prioritárias para fortalecer a identidade profissional e garantir condições dignas e equitativas de trabalho na Educação Infantil?

Bloco 6 – Metas, ações e coerência interna da política

Questões mobilizadoras:

1. Quais metas prioritárias devem ser definidas a curto, médio e longo prazo para materializar as diretrizes da política municipal?
2. Como garantir coerência entre princípios, diretrizes, metas e ações, evitando fragmentações ou sobreposições na implementação da política?
3. Quais indicadores e mecanismos de monitoramento podem assegurar a efetividade, a transparência e a revisão periódica da Política Municipal de Educação Infantil?



Sugestão para acompanhamento do encontro 8

Finalidade do acompanhamento do encontro

O acompanhamento do 8º Encontro "Estruturação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil" tem como finalidade assegurar a consolidação qualificada do percurso formativo e analítico desenvolvido pelo GT, promovendo a transição da reflexão e do diagnóstico para a formulação efetiva da política pública municipal. Trata-se de um momento-síntese, no qual os princípios, análises, indicadores e evidências produzidos ao longo das 5 dimensões das DONQEEI são articulados de forma integrada e coerente. Esse acompanhamento permite verificar a consistência interna da política em elaboração, garantindo alinhamento entre os referenciais nacionais, as especificidades territoriais e as realidades evidenciadas pela rede municipal. Ao sistematizar diretrizes, metas e ações estratégicas, o acompanhamento contribui para que a política formulada seja exequível, sustentável e comprometida com a qualidade e a equidade da oferta da Educação Infantil.

Instrumentos de acompanhamento

- Ata do encontro, com registro das discussões, pactuações e deliberações;
- Lista de presença, identificando participantes e representações institucionais;
- Sistematização escrita das diretrizes, metas e ações estratégicas definidas;
- Registros da oficina de redação coletiva da Política Municipal;
- Versão preliminar do documento da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil;
- Quadro de articulação entre princípios, diretrizes, metas e ações;
- Utilização do Painel Municipal de Indicadores como base para a formulação da política;
- Documento de encaminhamentos para implementação, monitoramento e avaliação;
- Instrumento de validação técnica e política do texto produzido pelo GT.

Consolidação da síntese do percurso formativo e das cinco dimensões das DONQEEI

Definição dos objetivos gerais e específicos da política municipal

Validação dos princípios orientadores da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

O que se espera ao final do encontro?

Pactuação das diretrizes da política, alinhadas às dimensões das DONQEEI

Indicação de prioridades para planejamento, financiamento e gestão da política e Elaboração da versão preliminar estruturada da Política Municipal de Educação Infantil

Definição de metas e ações estratégicas de curto, médio e longo prazo e Encaminhamentos para implantação, implementação, monitoramento e avaliação da política

Definição dos próximos passos institucionais para validação, normatização e publicação do documento

Referências bibliográficas para consulta e estudos

ANGOTTI, Maristela (org.). Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento. Campinas, SP: Alínea, 2009.

ANGOTTI, Maristela. Os desafios da Educação Infantil para atingir a condição de direito e de qualidade no atendimento. In: ANGOTTI, Maristela (org.). Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento. Campinas, SP: Alínea, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 20, de 11 de novembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. v. 1. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a Educação Infantil. v. 2. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil: encarte 1. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006c.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOSS, Peter. Para além dos problemas com qualidade. In: MACHADO, Maria Lucia A. (org.). Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

Considerações Finais

O percurso formativo desenvolvido ao longo dos 8 encontros constituiu-se como um processo estratégico, participativo e formativo para a consolidação da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Fundamentado nas DONQEEI, o processo possibilitou a construção coletiva de conhecimentos, análises e proposições alinhadas às normativas nacionais vigentes e às especificidades territoriais, sociais, culturais e institucionais do município.

Ao longo dos encontros, o GT avançou da compreensão dos princípios, concepções e fundamentos da Educação Infantil como direito da criança e política pública de Estado para a leitura crítica da realidade da rede municipal, identificando desafios, desigualdades, fragilidades e potencialidades que incidem sobre o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento integral das crianças. Esse movimento permitiu fortalecer uma concepção de qualidade indissociável da equidade, orientada pela justiça social, pela inclusão e pelo respeito às múltiplas infâncias.

A análise das cinco dimensões estruturantes das DONQEEI, "Gestão democrática e participativa"; "Identidade e formação profissional"; "Proposta pedagógica"; "Avaliação da Educação Infantil" e "Infraestrutura, edificações e materiais", evidenciou a interdependência entre gestão, práticas pedagógicas, condições institucionais e processos avaliativos. O trabalho desenvolvido ratifica que a garantia do direito à Educação Infantil exige políticas integradas, planejadas e sustentadas por processos contínuos de diagnóstico, monitoramento e avaliação institucional.

Destaca-se, ainda, o fortalecimento da participação social e da gestão democrática como princípios estruturantes da política municipal, reconhecendo famílias, comunidades, conselhos e profissionais da educação como sujeitos fundamentais na construção, no acompanhamento e na avaliação das ações públicas. A valorização dos profissionais da Educação Infantil, por meio da reflexão sobre identidade, formação continuada e condições de trabalho, foi reconhecida como elemento central para a efetivação de práticas pedagógicas qualificadas, éticas e comprometidas com o desenvolvimento integral das crianças.

A construção do Painel Municipal de Indicadores e o uso de evidências no processo formativo contribuíram para a consolidação de uma cultura de planejamento e tomada de decisão baseada em dados e evidências, reforçando a avaliação institucional como instrumento de aprimoramento permanente da política pública, e não como mecanismo de controle ou responsabilização individual.

Como culminância do percurso, a elaboração da minuta preliminar da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil representa um avanço significativo na institucionalização da Educação Infantil como política pública perene, orientada por princípios, diretrizes, metas e ações coerentes com as DONQEEI. Tal documento expressa o compromisso do município com a garantia do direito das crianças a uma Educação Infantil inclusiva, equitativa, democrática e socialmente referenciada.

A implementação da política municipal exige continuidade, acompanhamento sistemático e revisão permanente, considerando as transformações sociais, territoriais e educacionais. O percurso formativo aqui sistematizado constitui um marco inicial de um processo contínuo de fortalecimento da Educação Infantil, comprometido com a qualidade social da educação e com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e comprometida com os direitos das crianças desde a mais tenra idade.

ANEXO I

DECRETO N° _____, DE ____ DE _____ DE _____
Dispõe sobre o processo de elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil e institui o Grupo de Trabalho responsável por sua formulação.

O(A) PREFEITO(A) DO MUNICÍPIO DE _____, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 205, 208 e 227;
CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB);
CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
CONSIDERANDO o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016);
CONSIDERANDO o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação;
CONSIDERANDO as Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a qualidade social da Educação Infantil, com equidade, participação social, gestão democrática e respeito às especificidades territoriais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de _____, o processo de elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, orientado pelos princípios, diretrizes e parâmetros estabelecidos nas Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil – DONQEEL.

Art. 2º - A Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil terá como finalidade:

- I – assegurar o direito das crianças à Educação Infantil com qualidade social, equidade e respeito às múltiplas infâncias;
- II – orientar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações da Educação Infantil no município;
- III – promover a articulação entre gestão democrática, planejamento, financiamento, avaliação e intersetorialidade;
- IV – alinhar a política municipal aos referenciais nacionais, às legislações vigentes e às especificidades territoriais, sociais, culturais e étnicas do município.

Art. 3º - O processo de elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil será conduzido por um Grupo de Trabalho (GT), de caráter consultivo e propositivo.

Art. 4º - O GT será composto por representantes da Educação Municipal e de órgãos de controle social, assegurada a pluralidade e a participação social:

- I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação;
 - II – Representantes dos gestores das Unidades de Educação Infantil;
 - III – Representantes de professores da Educação Infantil;
 - IV – Representantes dos demais profissionais da Educação Infantil;
 - V – Representantes das famílias;
 - VI – Representantes do Conselho Municipal de Educação;
 - VII – Representantes da sociedade civil organizada e/ou fóruns de Educação Infantil;
 - VIII – outros órgãos ou instituições convidados, conforme a temática em discussão.
- Parágrafo único. A coordenação do GT caberá à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º -Compete ao GT:

- I – analisar os diagnósticos, indicadores e evidências produzidos pela rede municipal de Educação Infantil;
- II – sistematizar os debates e contribuições oriundos do percurso formativo e dos encontros temáticos;
- III – propor princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações para a Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil;
- IV – assegurar a coerência entre os referenciais nacionais, os dados locais e as especificidades territoriais;
- V – promover a escuta qualificada de crianças, famílias e profissionais das políticas públicas, como prática estruturante do processo;
- VI – elaborar o documento-síntese da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil.

Art. 6º - O processo de elaboração da política deverá observar os princípios da gestão democrática e participativa, garantindo:

- I – transparência das informações e dos dados utilizados;
- II – participação social nos momentos de discussão e validação;
- III – articulação intersetorial;
- IV – respeito à diversidade, à inclusão e à equidade;
- V – compromisso com a melhoria contínua da política pública.

Art. 7º - A Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil deverá ser estruturada a partir das dimensões das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil:

- I – gestão democrática;
- II – identidade e formação profissional;
- III – proposta pedagógica;
- IV – avaliação da Educação Infantil;
- V – infraestrutura, edificações e materiais.

Art. 8º - Concluído o processo de elaboração, o documento da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil será submetido à apreciação dos órgãos colegiados competentes e, posteriormente, encaminhado para os trâmites legais cabíveis.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10 -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de _____, ____ de _____ de _____.

Prefeito(a) Municipal

ANEXO II

PORTARIA Nº _____, DE ____ DE _____ DE _____

Dispõe sobre a nomeação do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE _____, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº _____, de ____ de _____ de _____, que dispõe sobre o processo de elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil;

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Marco Legal da Primeira Infância e nas Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a participação intersetorial, a gestão democrática e o controle social na formulação das políticas públicas voltadas à Educação Infantil;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Grupo de Trabalho Intersetorial responsável pela elaboração da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil, no âmbito do Município de _____.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho será composto pelos(as) seguintes membros(as):

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: _____

Suplente: _____

II – Representantes dos gestores das Unidades de Educação Infantil:

Titular: _____

Suplente: _____

III – Representantes de professores da Educação Infantil:

Titular: _____

Suplente: _____

IV – Representantes dos demais profissionais da Educação Infantil:

Titular: _____

Suplente: _____

V – Representantes das famílias:

Titular: _____

Suplente: _____

VI – Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: _____

Suplente: _____

VII – Representantes da sociedade civil organizada e/ou fóruns de Educação Infantil:

Titular: _____

Suplente: _____

Parágrafo único - Poderão ser convidados(as) a participar das reuniões do Grupo de Trabalho representantes de outros órgãos, instituições ou especialistas, conforme a temática em discussão.

Art. 3º - A coordenação do Grupo de Trabalho caberá à Secretaria Municipal de Educação, que designará um(a) coordenador(a) e um(a) secretário(a) para organização dos trabalhos, registros e encaminhamentos.

Art. 4º - Compete ao Grupo de Trabalho:

I – analisar diagnósticos, indicadores e evidências da Educação Infantil no município;

II – sistematizar os debates e contribuições produzidas ao longo do percurso formativo;

III – propor princípios, objetivos, diretrizes, metas e ações para a Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil;

IV – assegurar a articulação entre os referenciais nacionais, as especificidades territoriais e os dados da rede municipal;

V – promover a escuta qualificada de crianças, famílias e profissionais das políticas públicas;

VI – elaborar o documento-síntese da Política Municipal de Qualidade e Equidade da Educação Infantil.

Art. 5º - A participação no GT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º - O GT terá prazo de _____ meses para conclusão de seus trabalhos, podendo ser prorrogado mediante justificativa e ato específico.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de _____, _____ de _____ de _____.

Prefeito(a) Municipal

Ações do Grupo de Trabalho para a Construção das Diretrizes da Dimensão “Gestão Democrática”

ETAPA 1 – Apropriação normativa e alinhamento conceitual

- Estudar coletivamente os arts. 4º a 12 das Diretrizes Nacionais Operacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil.
- Compreender a gestão democrática como princípio estruturante da política, e não apenas como procedimento administrativo.
- Pactuar conceitos-chave: participação social, controle social, equidade territorial, planejamento progressivo da oferta, proximidade geográfica, respeito às identidades e modalidades da Educação Infantil.

Produto: Elaboração de uma síntese conceitual.

ETAPA 2 – Diagnóstico dos processos e instrumentos de gestão

- Mapear os instrumentos existentes de gestão democrática no município:
 - conselhos (CME, CACS-FUNDEB, conselhos escolares);
 - instâncias de participação (fóruns, comissões, audiências);
 - instrumentos de transparência e comunicação.
- Analisar como se dá a participação das famílias, comunidades e profissionais nas decisões relativas à Educação Infantil;
- Identificar limites, fragilidades e potencialidades dos processos participativos atuais.

Produto: Diagnóstico dos processos e instrumentos de gestão democrática da Educação Infantil no âmbito municipal.

ETAPA 3 – Levantamento e análise do atendimento à demanda por vagas

- Levantar dados atualizados sobre:
 - matrículas por faixa etária;
 - demanda manifesta e reprimida;
 - composição das turmas;
- Comparar a realidade municipal com os parâmetros nacionais progressivos de proporção por faixa etária;
- Analisar a distribuição territorial das vagas e a proximidade geográfica entre residência/trabalho das famílias e as instituições.
- Identificar situações de:
 - transporte escolar;
 - nucleação de unidades;
 - riscos à segurança, cuidado e conforto.

Produto: Diagnóstico técnico do atendimento à demanda por vagas com foco em equidade e qualidade.

ETAPA 4 – Análise das especificidades territoriais e culturais

- Identificar a presença, no município ou região, de:
 - povos indígenas;
 - comunidades quilombolas;
 - populações do campo, das águas e das florestas;
 - demais povos e comunidades tradicionais.
- Verificar se há consulta livre, prévia e informada às comunidades sobre a oferta da Educação Infantil.
- Analisar se a oferta ocorre:
 - no território das comunidades;
 - em unidades próprias, autônomas e específicas;
 - sem dependência excessiva de transporte escolar.
- Registrar práticas que respeitam ou violam as referências culturais e territoriais.

Produto: Levantamento das especificidades territoriais e recomendações preliminares.

ETAPA 5 – Análise da oferta da Educação Infantil nas modalidades

- Mapear como a política municipal contempla:
 - Educação Especial na perspectiva inclusiva;
 - Educação Bilíngue de Surdos;
 - Educação para as Relações Étnico-Raciais;
 - Educação Quilombola;
 - Educação Escolar Indígena;
 - Educação do Campo, das Águas e das Florestas.
- Verificar a existência de:
 - formação continuada específica;
 - estratégias de acessibilidade;
 - adequação de tempos, espaços, materiais e linguagens.
- Analisar se os calendários escolares, canais de comunicação, alimentação escolar e processos avaliativos estão contextualizados às realidades locais.

Produto: diagnóstico da oferta da Educação Infantil nas modalidades da Educação Básica.

ETAPA 6 – Escuta qualificada e participação social

- Promover momentos de escuta com:
 - Crianças;
 - famílias;
 - comunidades (especialmente indígenas, quilombolas e do campo);
 - profissionais das unidades;
 - gestores escolares.
- Registrar percepções sobre:
 - acesso às vagas;
 - participação nas decisões;
 - adequação da oferta às realidades territoriais;
 - barreiras enfrentadas.

Produto: Sistematização das contribuições dos sujeitos da política.

ETAPA 7 – Elaboração das diretrizes por subseção

- Redigir diretrizes específicas para:
 - Processos e Instrumentos de Gestão;
 - Atendimento à Demanda por Vagas;
 - Oferta da Educação Infantil nas Modalidades.
- Garantir que cada diretriz:
 - tenha base normativa explícita;
 - dialogue com o diagnóstico;
 - seja exequível no contexto municipal.

Produto: Redação preliminar das diretrizes da Dimensão Gestão Democrática.

ETAPA 8 – Análise de coerência, viabilidade e impacto

- Avaliar:
 - coerência interna entre diretrizes;
 - compatibilidade com o PME, orçamento e capacidade administrativa;
 - impactos sobre a organização da rede.
- Ajustar a redação quando necessário.

Produto: Versão consolidada das diretrizes da Dimensão “Gestão Democrática”

Ações do Grupo de Trabalho para a construção das Diretrizes da Dimensão “Identidade e Formação Profissional”

ETAPA 1. Apropriação normativa e conceitual

- Estudar coletivamente os artigos 15 a 18 das Diretrizes Nacionais Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil.
- Retomar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e demais normativas do CNE relacionadas à formação e atuação profissional.
- Alinhar conceitos-chave: identidade profissional, docência, gestão pedagógica, formação inicial, formação continuada e valorização profissional.

Produto esperado: Síntese normativa comum ao grupo.

ETAPA 2. Levantamento do marco normativo municipal

- Mapear legislações municipais vigentes (estatuto do magistério, plano de carreira, leis, decretos, resoluções do CME).
- Identificar normas que tratam de:
 - provimento e requisitos para gestão;
 - formação e habilitação docente;
 - profissionais de apoio;
 - formação continuada.

Produto esperado: Quadro de alinhamentos, lacunas e necessidades de atualização normativa.

ETAPA 3. Diagnóstico da realidade local

- Levantar dados sobre:
 - perfil de formação dos gestores, professores e profissionais de apoio;
 - vínculos profissionais (efetivos, temporários, terceirizados);
 - existência e organização da formação continuada;
 - condições de trabalho nas unidades de Educação Infantil.

Produto esperado: Diagnóstico sintético da identidade e formação profissional no município.

ETAPA 4. Escuta qualificada dos sujeitos envolvidos

- Realizar momentos de escuta com:
 - gestores das unidades de Educação Infantil;
 - professores e profissionais de apoio;
 - famílias e crianças.
- Registrar percepções sobre:
 - identidade profissional;
 - desafios formativos;
 - necessidades de valorização e condições de trabalho.

Produto esperado: Sistematização das contribuições dos profissionais da rede.

ETAPA 5. Construção dos eixos estruturantes

- Organizar a Dimensão em eixos, por exemplo:
 - Identidade profissional;
 - Gestão escolar na Educação Infantil;
 - Docência e formação inicial;
 - Formação continuada;
 - Profissionais de apoio;
 - Carreiras e condições de trabalho.

Produto esperado: Estrutura lógica da Dimensão.

ETAPA 6. Elaboração preliminar das diretrizes

- Redigir as diretrizes com linguagem:
 - normativa e orientadora;
 - clara e objetiva;
 - alinhada às normativas nacionais e à realidade municipal.
- Garantir que cada diretriz:
 - tenha base legal;
 - dialogue com o diagnóstico;
 - seja viável no contexto local.

Produto esperado: Redação preliminar das diretrizes da Dimensão.

ETAPA 7. Análise de coerência e viabilidade

- Avaliar coletivamente:
 - coerência interna entre diretrizes;
 - compatibilidade com o PME e com o orçamento;
 - impactos na organização da rede.

Produto esperado: ajustes técnicos e consolidação da minuta.

**Ações do Grupo de Trabalho para a construção das
Diretrizes da Dimensão “Proposta Pedagógica”**

ETAPA 1 – Apropriação normativa e conceitual

- Estudar coletivamente os arts. 20 a 24 das Diretrizes Nacionais Operacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil.
- Retomar os documentos oficiais vigentes que fundamentam a proposta pedagógica (DCNEI, BNCC da Educação Infantil, Parâmetros Nacionais de Qualidade).
- Pactuar conceitos-chave: proposta pedagógica como documento de identidade, intencionalidade pedagógica, currículo por interações e brincadeiras, direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências.

Produto: Síntese conceitual e normativa validada pelo GT.

ETAPA 2 – Levantamento das Propostas Pedagógicas existentes

- Mapear como as unidades de Educação Infantil organizam atualmente:
 - suas propostas pedagógicas e PPPs;
 - o currículo e a organização do trabalho pedagógico;
 - os registros de acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento.
- Identificar convergências, fragilidades e lacunas em relação às normativas vigentes.

Produto: Diagnóstico da situação atual das propostas pedagógicas das unidades.

ETAPA 3 – Análise da participação e da gestão democrática

- Analisar se e como as propostas pedagógicas são:
 - elaboradas coletivamente;
 - discutidas com profissionais, famílias e comunidade;
 - revisadas periodicamente.
- Identificar práticas institucionais que fortalecem ou fragilizam a gestão democrática na construção da proposta pedagógica.

Produto: Diagnóstico dos processos participativos relacionados à proposta pedagógica.

ETAPA 4 – Análise do currículo por interações e brincadeiras

- Verificar como o currículo está organizado a partir:
 - das interações;
 - das brincadeiras;
 - da diversidade de agrupamentos (duplas, pequenos grupos, grandes grupos, momentos individuais).
- Identificar se as práticas pedagógicas promovem a amplitude das aprendizagens e respeitam os tempos, ritmos e singularidades das crianças.

Produto: Análise da coerência entre currículo, práticas e documentos oficiais.

ETAPA 5 – Planejamento e organização dos ambientes educativos

- Levantar como as unidades organizam:
 - salas de referência;
 - pátios internos e externos;
 - bibliotecas, salas multiuso e demais espaços educativos.
- Analisar se os ambientes:
 - estão alinhados à proposta pedagógica e ao currículo;
 - favorecem exploração, movimento, brincadeira e múltiplas linguagens;
 - dispõem de brinquedos, livros e materiais diversos, acessíveis e representativos das infâncias.

Produto: Diagnóstico da organização dos ambientes educativos e de suas potencialidades pedagógicas.

ETAPA 6 – Acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento

- Analisar como se dá o acompanhamento do desenvolvimento das crianças:
 - tipos de registros utilizados;
 - periodicidade;
 - formas de sistematização e devolutiva às famílias.
- Verificar se os registros são utilizados como instrumentos pedagógicos e avaliativos, e não classificatórios ou seletivos.

Produto: Diagnóstico dos processos de acompanhamento e avaliação na Educação Infantil.

ETAPA 7 – Escuta qualificada dos sujeitos da prática

- Promover momentos de escuta com:
 - professoras(es);
 - equipes pedagógicas;
 - gestores;
 - crianças,
 - famílias.
- Registrar percepções sobre:
 - coerência entre proposta pedagógica e prática;
 - desafios no planejamento, nos ambientes e nos registros;
 - necessidades formativas;
 - atendimento às especificidades e interesses das crianças.

Produto: Sistematização das contribuições dos sujeitos envolvidos.

ETAPA 8 – Definição dos princípios da Dimensão

- Deliberar coletivamente sobre os princípios que sustentarão as diretrizes, tais como:
 - proposta pedagógica como identidade institucional;
 - centralidade da criança e do desenvolvimento integral;
 - currículo por interações e brincadeiras;
 - intencionalidade pedagógica;
 - avaliação formativa e processual.

Produto: princípios pactuados da Dimensão Proposta Pedagógica.

ETAPA 9 – Elaboração das diretrizes

- Redigir diretrizes que orientem:
 - a construção coletiva das propostas pedagógicas;
 - a organização e contextualização curricular;
 - o planejamento dos ambientes;
 - o acompanhamento das aprendizagens e do desenvolvimento.
- Garantir linguagem normativa, clara e alinhada às normativas nacionais.

Produto: Redação preliminar das diretrizes da Dimensão 3.

ETAPA 10 – Análise de coerência, viabilidade e impacto

- Avaliar:
 - coerência interna entre as diretrizes;
 - alinhamento com o PME e com as demais dimensões da política;
 - impactos sobre a organização do trabalho pedagógico e a formação dos profissionais.

Produto: versão consolidada das diretrizes.

Ações do Grupo de Trabalho para a Construção das Diretrizes da Dimensão “Avaliação da Educação Infantil”

ETAPA 1 – Apropriação normativa e conceitual

- Estudar coletivamente os arts. 25 a 28 das Diretrizes Nacionais Operacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil.
- Retomar os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil como referência central da avaliação.
- Pactuar conceitos fundamentais: avaliação da qualidade da oferta, avaliação institucional, indicadores educacionais, monitoramento, avaliação em larga escala e uso pedagógico dos dados.

Produto: Síntese conceitual e normativa comum ao GT.

ETAPA 2 – Mapeamento das práticas avaliativas existentes

- Levantar como o município atualmente realiza:
 - coleta e sistematização de dados da Educação Infantil;
 - monitoramento da oferta e do atendimento;
 - avaliação institucional das unidades;
 - uso de dados censitários e administrativos.
- Identificar se há sobreposição, lacunas ou ausência de processos avaliativos específicos para a Educação Infantil.

Produto: Diagnóstico das práticas avaliativas vigentes no município.

ETAPA 3 – Definição da concepção de avaliação da Educação Infantil

- Deliberar coletivamente sobre a concepção de avaliação que orientará as diretrizes, assegurando que:
 - a avaliação tenha caráter institucional, processual e formativo;
 - não incida sobre a criança de forma classificatória, seletiva ou meritocrática;
 - esteja voltada à melhoria da qualidade da oferta e das políticas públicas.

Produto: Concepção pactuada de avaliação da Educação Infantil.

ETAPA 4 – Identificação e seleção de indicadores de qualidade

- Definir os conjuntos de indicadores que subsidiarão a avaliação, contemplando, no mínimo:
 - demanda manifesta e reprimida;
 - matrículas e cobertura do atendimento;
 - condições de oferta (infraestrutura, recursos humanos, organização pedagógica);
 - equidade territorial, social e cultural.
- Garantir que os indicadores dialoguem com os Parâmetros Nacionais e com a realidade municipal.

Produto: Matriz preliminar de indicadores de avaliação da Educação Infantil.

ETAPA 5 – Definição das estratégias de coleta e análise de dados

- Definir como serão realizadas:
 - coleta de dados (fontes, instrumentos, periodicidade);
 - sistematização e análise das informações;
 - divulgação dos resultados.
- Articular dados do Censo Escolar, sistemas administrativos e informações produzidas localmente.

Produto: Proposta metodológica de coleta, sistematização e análise de dados.

ETAPA 6 – Construção das diretrizes para a avaliação institucional

- Deliberar sobre:
 - periodicidade da avaliação institucional das unidades;
 - instrumentos de autoavaliação e avaliação externa;
 - participação de gestores, professores, famílias e comunidade.
- Definir princípios de transparência, participação e devolutiva dos resultados.

Produto: Diretrizes preliminares para avaliação institucional da Educação Infantil.

ETAPA 7 – Adequação da avaliação às especificidades territoriais e culturais

- Identificar instituições que ofertam Educação Infantil:
 - indígena;
 - quilombola;
 - do campo, das águas e das florestas.
- Definir orientações para que a avaliação institucional dessas unidades:
 - utilize instrumentos contextualizados;
 - respeite culturas, tempos, territórios e propostas pedagógicas próprias;
 - evite padronizações inadequadas.

Produto: Orientações específicas para avaliação em contextos diferenciados.

ETAPA 8 – Escuta qualificada sobre avaliação

- Promover escuta com:
 - crianças e famílias;
 - gestores;
 - professores;
 - equipes técnicas;
 - conselhos e instâncias de controle social.
- Registrar percepções sobre:
 - desafios dos processos avaliativos;
 - sobrecarga de registros;
 - potencial formativo da avaliação.

Produto: Sistematização das contribuições dos sujeitos envolvidos.

ETAPA 9 – Elaboração das diretrizes da Dimensão

- Redigir diretrizes que orientem:
 - a avaliação da qualidade da oferta;
 - a avaliação institucional;
 - o uso de indicadores e dados;
 - a articulação entre avaliação, planejamento e melhoria contínua.
- Garantir linguagem normativa, clara e alinhada às Diretrizes Nacionais.

Produto: Redação preliminar das diretrizes da Dimensão Avaliação da Educação Infantil.

ETAPA 10 – Análise de coerência, viabilidade e impacto

- Avaliar:
 - coerência entre as diretrizes e as demais dimensões da política;
 - viabilidade técnica e administrativa;
 - impactos sobre a organização do trabalho pedagógico e da gestão.

Produto: Versão consolidada das diretrizes.

Ações do Grupo de Trabalho para a construção das Diretrizes da Dimensão “Infraestrutura, Edificações e Materiais”

ETAPA 1 – Apropriação normativa e técnica

- Estudar coletivamente os arts. 29, 30 e 31 das Diretrizes Nacionais Operacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil.
- Retomar os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, normas técnicas de acessibilidade (ex.: NBR 9050) e referências de desenho universal.
- Pactuar conceitos-chave: infraestrutura como dimensão pedagógica, ambientes educativos, desenho universal, acessibilidade plena, segurança, bem-estar e relação com a natureza.

Produto: síntese normativa e técnica comum ao GT.

ETAPA 2 – Diagnóstico territorial e urbano para novas edificações

- Levantar informações sobre:
 - localização das unidades existentes;
 - áreas previstas ou potenciais para novas edificações;
 - características urbanas e ambientais do entorno.
- Analisar riscos ambientais e urbanos (alagamentos, poluição, ruído, tráfego intenso, zonas industriais, linhas de alta tensão).
- Verificar condições de segurança viária, calçadas, mobiliário urbano e circulação de pedestres.

Produto: Diagnóstico territorial para planejamento e expansão da rede de Educação Infantil.

ETAPA 3 – Levantamento das condições físicas das unidades existentes

- Realizar diagnóstico das edificações quanto a:
 - acessibilidade física e comunicacional;
 - circulação interna e externa;
 - segurança estrutural;
 - conforto térmico, acústico e visual;
 - estado de conservação.
- Identificar unidades que demandam:
 - reformas;
 - adequações;
 - ampliações;
 - substituição de mobiliários e equipamentos.

Produto: Mapa de condições físicas das unidades de Educação Infantil.

ETAPA 4 – Análise da adequação dos ambientes pedagógicos

- Verificar se as salas de referência e demais ambientes:
 - favorecem exploração, movimento, brincadeira e múltiplas linguagens;
 - dispõem de áreas específicas para bebês (exploração sensorio-motora, área macia, canto de leitura, deslocamentos);
 - garantem segurança (quinas protegidas, tomadas em altura adequada, mobiliário estável).
- Analisar se os materiais e mobiliários:
 - são adequados às faixas etárias;
 - respeitam o desenho universal;
 - promovem autonomia e mobilidade das crianças.

Produto: Diagnóstico pedagógico dos ambientes educativos.

ETAPA 5 – Avaliação dos materiais pedagógicos, brinquedos e livros

- Levantar informações sobre:
 - diversidade, qualidade e conservação dos brinquedos;
 - variedade e adequação dos livros às faixas etárias;
 - acessibilidade dos materiais (livros bilíngues, braille, tipografia ampliada, materiais táteis).
- Verificar se os acervos representam a diversidade das infâncias e contextos socioculturais.

Produto: Diagnóstico dos materiais pedagógicos e acervos.

ETAPA 6 – Análise dos espaços de cuidado, higiene e descanso

- Verificar condições de:
 - banheiros e fraldários próximos às salas de referência;
 - bancadas de troca de fraldas (dimensões, segurança e conservação);
 - cabines sanitárias adequadas;
 - espaços de sono e descanso com colchonetes e enxovais em bom estado.
- Identificar não conformidades com os parâmetros normativos.

Produto: Relatório técnico dos espaços de cuidado e higiene.

ETAPA 7 – Avaliação das áreas externas e contato com a natureza

- Analisar a existência e qualidade de:
 - áreas externas de convivência;
 - espaços sombreados e ensolarados;
 - possibilidades de contato cotidiano com a natureza.
- Verificar proporção adequada de área externa em relação ao terreno total.

Produto: Diagnóstico das áreas externas e de convivência.

ETAPA 8 – Análise dos ambientes de uso coletivo

- Avaliar cozinhas, refeitórios, banheiros, salas administrativas e de professores quanto a:
 - ergonomia e segurança;
 - acessibilidade para profissionais com deficiência;
 - funcionalidade de mobiliários e equipamentos;
 - condições sanitárias, conforto e acolhimento.

Produto: Diagnóstico dos ambientes de uso coletivo.

ETAPA 9 – Escuta qualificada dos usuários dos espaços

- Promover escuta com:
 - professores e equipes pedagógicas;
 - gestores;
 - profissionais de apoio;
 - crianças e famílias.
- Registrar percepções sobre:
 - adequação dos espaços ao trabalho pedagógico;
 - segurança, conforto e acessibilidade;
 - prioridades de intervenção.

Produto: Sistematização das contribuições dos usuários das unidades.

ETAPA 10 – Definição dos princípios da Dimensão

- Pactuar coletivamente princípios como:
 - infraestrutura como condição de qualidade pedagógica;

- segurança, acessibilidade e bem-estar;
- respeito às especificidades territoriais e culturais;
- valorização do contato com a natureza;
- ambientes que promovem autonomia, brincar e desenvolvimento integral.

Produto: Princípios orientadores da Dimensão “Infraestrutura, Edificações e Materiais”.

ETAPA 11 – Elaboração das diretrizes da Dimensão

- Redigir diretrizes que orientem:
 - escolha de terrenos;
 - construção e adequação de edificações;
 - organização dos ambientes pedagógicos;
 - aquisição e manutenção de mobiliários, brinquedos e materiais;
 - planejamento de reformas e investimentos.
- Garantir alinhamento com normas técnicas, pedagógicas e legais.

Produto: Redação preliminar das diretrizes da Dimensão.

ETAPA 12 – Análise de viabilidade e planejamento de implementação

- Analisar impactos orçamentários e administrativos.
- Priorizar ações de curto, médio e longo prazo.
- Articular as diretrizes ao PME, PPA, LDO e LOA.

Produto: Diretrizes consolidadas com encaminhamentos para implementação.

Sugestão de Estrutura da Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil

A Política Municipal de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil deverá ser estruturada a partir da sistematização do percurso formativo, das análises, dos diagnósticos, dos indicadores e das evidências produzidas ao longo do processo de implementação das Diretrizes Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (DONQEEI). Essa estrutura visa assegurar coerência interna, aderência aos referenciais nacionais e responsividade às especificidades territoriais, sociais, culturais e institucionais do município.

1. Apresentação e fundamentação da Política

Esta seção deverá contextualizar a política municipal, explicitando seus fundamentos legais, normativos e conceituais, com destaque para as DONQEEI, a BNCC, o Currículo Paulista, o Plano Nacional de Educação e os planos estadual e municipal de educação. Deve-se apresentar o percurso de construção coletiva da política, ressaltando o papel do GT, dos processos formativos, das escutas, dos diagnósticos e do uso de evidências produzidas pela própria rede municipal.

2. Ementa da Política Municipal

A ementa deverá explicitar o caráter integrador e propositivo da política, destacando a articulação entre análises, diagnósticos, indicadores e planejamento, bem como o compromisso com a qualidade, a equidade e a garantia dos direitos das crianças, considerando as realidades locais e as múltiplas infâncias presentes no território.

3. Princípios da Política Municipal de Qualidade e Equidade

Esta seção deverá sistematizar os princípios que orientam a política municipal, assegurando alinhamento com os princípios das DONQEEI e da Educação Infantil.

4. Objetivos da Política Municipal

Os objetivos deverão ser apresentados de forma articulada, contemplando:

- **Objetivo geral**, voltado ao fortalecimento da qualidade e da equidade da Educação Infantil no município;
- **Objetivos específicos**, relacionados à melhoria das condições de oferta, à qualificação das práticas pedagógicas e de gestão, à valorização profissional, ao monitoramento da política e ao uso de dados e evidências na tomada de decisões.

5. Diagnóstico Municipal e Base de Evidências

Esta seção deverá consolidar o diagnóstico da Educação Infantil no município, articulando:

- Indicadores educacionais, sociais e territoriais;
- Resultados das avaliações institucionais;
- Evidências produzidas nos encontros formativos e nos GT;
- Análises sobre desigualdades, desafios e potencialidades da rede municipal.

O diagnóstico deverá fundamentar todas as diretrizes, metas e ações da política.

6. Diretrizes da Política Municipal

As diretrizes deverão ser organizadas de forma clara e articulada, contemplando:

- A consideração das especificidades territoriais, sociais, étnicas e culturais do município;

- A articulação entre qualidade, equidade, planejamento e financiamento;
- A coerência com as dimensões das DONQEEI (gestão, formação, proposta pedagógica, avaliação, infraestrutura, entre outras);
- A integração intersetorial e a proteção integral das crianças.

7. Diretrizes para a formação e valorização dos profissionais

Esta seção deverá explicitar diretrizes específicas para:

- Formação inicial e continuada dos docentes;
- Formação e reconhecimento da equipe de apoio;
- Valorização profissional, planos de carreira, condições de trabalho e tempos formativos;
- Articulação entre formação, práticas pedagógicas, gestão e equidade.

8. Metas e ações estratégicas

As metas e ações deverão ser definidas de forma objetiva, mensurável e articulada às diretrizes, contemplando:

- Curto, médio e longo prazos;
- Responsáveis institucionais;
- Indicadores de acompanhamento;
- Fontes de financiamento e sustentabilidade da política.

9. Monitoramento, avaliação e transparência

Esta seção deverá estabelecer os mecanismos de monitoramento e avaliação da política, com base em:

- Indicadores de qualidade e equidade;
- Painel Municipal de Indicadores;
- Uso sistemático de evidências;
- Transparência e socialização dos resultados;
- Revisão periódica da política municipal.

10. Disposições Finais

A política deverá explicitar os dispositivos de institucionalização, revisão e atualização periódica, assegurando sua continuidade como Política de Estado e não apenas de governo.